



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Volume 15 – Nº 146 – Novembro-Dezembro – 2014

ARTIGOS

- 3 O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e a Revista Brasileira de Política Internacional: contribuição intelectual (1954 a 2014)**
The Brazilian Institute of International Relations and the Revista Brasileira de Política Internacional: intellectual contribution, 1954-2014
PAULO ROBERTO DE ALMEIDA
- 19 Cultura Nacional e Geopolítica Brasileira: O Pensamento Social na Geopolítica Nacional**
National Culture and Brazilian Geopolitics: The Social Thought in National Geopolitics
JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE
- 27 A participação brasileira na construção da paz em Guiné-Bissau**
Brazil's peacebuilding participation in Guinea-Bissau
CLÉLIA VIRGÍNIA SANTOS PIRAGIBE
- 35 Os desafios da publicação em acesso aberto na área de humanidades no Brasil: as estratégias de adaptação da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI**
Challenges of Open Access Publishing in the Humanities in Brazil: the adaptation strategies of the Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI
ANTÔNIO CARLOS LESSA
- 46 Da África do Norte para a África Subsaariana – Grupos radicais islâmicos no Mali e na Nigéria**
From North Africa to sub-Saharan Africa – radical Islamic groups in Mali and Nigeria
PIO PENNA FILHO

RESENHAS

- 53 A Conferência de Viena e a Internacionalização dos Direitos Humanos**
EMERSON MAIONE DE SOUZA
- 55 Child Migration and Human Rights in a Global Age**
PATRÍCIA NABUCO MARTUSCELLI

Boletim Meridiano 47 é uma publicação bimensal em formato digital do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI) dedicada a promover a reflexão, a pesquisa e o debate acadêmico sobre os temas da agenda internacional contemporânea.

© 2000-2014 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

Política Editorial

O *Boletim Meridiano 47* publica contribuições inéditas de professores e pesquisadores, na forma de artigos científicos focados em temas da atualidade internacional e estudos de áreas geográficas e resenhas de livros.

Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o *Boletim* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental e nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros.

Boletim Meridiano 47 é uma publicação bimensal, publicada em formato digital. O *Boletim* publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de Relações Internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (*blind review*). A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

Como contribuir

1. O *Boletim* publica artigos científicos e resenhas de livros;
2. Os artigos devem conter de 4 mil palavras e as resenhas de livros devem conter cerca de 800 palavras;
3. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto;
4. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do texto;
5. As contribuições devem ser inéditas e podem ser submetidas em português ou inglês;
6. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
7. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
8. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 50 palavras.
9. O autor deve declarar, no formulário de submissões, que é único responsável pelo conteúdo da contribuição apresentada ao Conselho Editorial do *Boletim Meridiano 47*;
10. O autor deve declarar, no formulário de submissões, que o conteúdo da contribuição não possui nada que possa ser considerado ilegal, difamatório ou que provoque qualquer conflito de interesse ou que possa interferir na imparcialidade da obra apresentada.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (*blind review*). Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 30 (trinta) dias úteis. As submissões se fazem por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>.

Indexação

Os artigos publicados neste veículo estão sumarizados e indexados nos seguintes serviços internacionais / Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in the following international services:

Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, CSA Worldwide Political Science Abstracts, Francis, Index Islamicus, International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Social Sciences – IBZ, International Political Science Abstracts, International Security & Counter-Terrorism Reference Center, Peace Research Abstracts, Political Science Complete, Public Affairs Index, Advanced Placement Government & Social Studies Collection, Academic One File, Social Sciences Abstracts, Academic Search Alumni Edition, Academic Search Clase – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades, CSA Worldwide Political Science Abstracts, Francis, Index Islamicus, International Bibliography of Periodical

Literature in the Humanities and Social Sciences – IBZ, International Political Science Abstracts, International Security & Counter-Terrorism Reference Center, Peace Research Abstracts, Political Science Complete, Public Affairs Index, Advanced Placement Government & Social Studies Collection, Academic One File, Social Sciences Abstracts, Academic Search Alumni Edition, Academic Search Complete, Academic Search Elite, Academic Search Premier, Current Contents of Periodicals on the Middle East, Current Geographical Publications, Expanded Academic ASAP, Fonte Acadêmica Fuente Acadêmica, Fuente Acadêmica Premier, Handbook of Latin America Studies – Library of Congress, Humanities International Index, Informe Académico, Informe Revistas en Espanol, InfoTrac Custom (Cengage Gale), RePEc: Research Papers in Economics, Scimago Journal & Country Rank, Social Science Research Network (SSRN), Social Sciences Abstracts, SocINDEX, SocINDEX with Full Text, TOC Premier, Ulrich's Periodicals Directory, World History Abstracts, World Scholar: Latin America and the Caribbean, e-Revistas, Cabells Economics and Finance Directory, Directory of Open Access Journals – DOAJ, Geodados, Google Scholar, Latin American Periodicals Tables of Contents (LAPTOC), Latin Americanist Research Resources Project (LARRP), OALster, Portal Periódicos Capes, Recent Science Index, Scholarly Journals Index, Scientific Commons, Scientific Publications Index, Scientific Resources Database, Scirus, Social Science Information Gateway (SOSIG), Sociological Abstracts, Sumários de Revistas Brasileiras, Summon Content & Coverage, UNESCO – DARE Database – International Social Sciences Directory, World Affairs Online – German Institute for International and Security Affairs, Worldcat, Academia.edu, Academic Journals Database, Academic Papers Database, Bielefeld Academic Search Engine – BASE, Cibera, Contemporary Research Index, Current Index to Scholarly Journals, DataÍndice, Digital Journals Database, Directory of Academic Resources, Elektronische Zeitschriftenbibliothek, Elite Scientific Journals Archive, European Information Network on International Relations and Area Studies, History Journals, IBICT, Infomine – Scholarly Internet Resources Collections, Intute, Journal Tables of Contents – Journal TOCS, La Créée: Périodiques en Ligne, Latindex, LivRe!, Mundorama, NewJour, Open J-Gate, Public Knowledge Project – Open Archives Harvester, SOCOLAR, SUDOC – Le catalogue du Système Universitaire de Documentation, WorldWideScience.org, hzb-Verbunddatenbank.

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: Pio Penna Filho

Diretoria: Carlos Eduardo Vidigal, Tânia Maria Pechir Manzur, Thiago Gehre Galvão
Para conhecer as atividades do IBRI, visite <<http://www.ibri-rbpi.org>>

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editores-adjuntos: Virgílio Arraes, Pio Penna Filho

Secretaria: Priscilla de Almeida Nogueira da Gama

Conselho Editorial

Amine Ait-Chaalal (Université Catholique de Louvain, Bélgica), Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília, Brasil), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Carlos Milani (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista, Brasil), Eugênio Diniz (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília, Brasil), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília, Brasil), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), Haibin Niu (Shanghai Institute for International Studies, China), James Green (Brown University, Estados Unidos), Jean Daudelin (Carleton University, Canadá), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil), Lincoln Bizzozero (Universidad de la República, Uruguai), Marcelo Coutinho (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Marcelo de Almeida Medeiros (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil), Marcos Guedes de Oliveira (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil), Maria Helena Guimarães (Universidade do Minho, Portugal), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil), Nizar Messari (Al Akhawayn University in Ifrane, Marrocos), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo, Brasil), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil), Steen Fryba Christensen (Aalborg University, Dinamarca), Rafael Duarte Villa (Universidade de São Paulo, Brasil) Virgílio Caixeta Arraes (Universidade de Brasília, Brasil).

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e a *Revista Brasileira de Política Internacional*: contribuição intelectual (1954 a 2014)

The Brazilian Institute of International Relations and the *Revista Brasileira de Política Internacional*: intellectual contribution, 1954-2014

Paulo Roberto de Almeida*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 3 a 18]

Em 27 de janeiro de 1954, um pequeno grupo de intelectuais, de funcionários públicos e de profissionais liberais se reuniu no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, sede do Ministério das Relações Exteriores desde o início da República, e tomou a decisão de criar a primeira instituição brasileira especificamente dedicada ao estudo da política internacional e de questões atinentes às relações exteriores do Brasil: o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI). Ele foi definido, nos seus estatutos, como uma sociedade civil com finalidades culturais, com o objetivo de “realizar, promover e incentivar estudos sobre problemas internacionais, especialmente os de interesse para o Brasil”. Condizente com a sede que abrigava o conclave, o IBRI congregaria, ao longo de sua existência continuada, vários diplomatas engajados em suas atividades, assim como devotaria parte de seus esforços analíticos e das iniciativas empreendidas nos anos e décadas seguintes ao registro, à exposição, para um público mais vasto, e à discussão dos mais diversos temas vinculados às relações internacionais, em especial ao pensamento e à ação da diplomacia brasileira.

Uma primeira grande iniciativa concretizou-se quatro anos depois, sob a forma de um periódico, a *Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)*, o mais antigo e o mais prestigioso dos veículos especializados em temas internacionais no Brasil (ver o n. 1 neste link: http://cafemundorama.files.wordpress.com/2013/10/rbpi_1958_1.pdf). Ambos, o IBRI e a *RBPI*, passaram por diferentes etapas em seus itinerários respectivos de mais de meio século, em duas fases bem caracterizadas: a do Rio de Janeiro, de 1954-58 até 1992, e a de Brasília, a partir de 1993 aos nossos dias. Um pouco de sua história, ao completar o IBRI meio século de vida, foi recapitulada por este autor na nota comemorativa “Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: 50 anos de um grande empreendimento intelectual” (*Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 47, n. 2, 2004, p. 223-226; link: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a08.pdf>).

Este pequeno texto não tem a intenção de refazer a história da instituição e a de seu principal veículo de divulgação nas mais de seis décadas decorridas desde as iniciativas pioneiras, mas buscará, tão somente, oferecer um panorama, embora seletivo, da produção intelectual em temas das relações internacionais e de política externa do Brasil nesse período. Um sobrevoo geral permite constatar certas constâncias, ou seja, o a recorrência

* Diplomata de carreira, professor do Centro Universitário de Brasília – Uniceub e editor-adjunto da *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI (pralmeida@mac.com).

das mesmas questões ao longo desse itinerário, mas também muitas transformações, como parece inevitável, tanto no plano propriamente doméstico, quanto no da política internacional e da economia mundial. O Brasil e a região não parecem ter mudado significativamente de posição no contexto dos cenários geopolíticos que se sucederam desde 1954: Guerra Fria, distensão global, crises e derrocada do comunismo, emergência de novos equilíbrios nos planos regional e mundial, etc. A despeito dessas grandes alterações da ordem mundial, o Brasil e a América Latina talvez não tenham um peso maior, atualmente, do que aquele que tinham no início do período.

Não obstante, algumas estruturas econômicas e as formas de participação do país e da região nos assuntos da política mundial podem ter sido substancialmente alteradas, em alguns casos para um melhor posicionamento, em outros casos apenas confirmando o papel excêntrico, relativamente secundário, para não dizer marginal, assumido pelo Brasil e pela região no contexto mais vasto das relações internacionais e, sobretudo, no quadro dos grandes equilíbrios geopolíticos entre os atores determinantes da política e da economia mundiais. Em termos claros, o Brasil e a América Latina contam pouco nos cenários decisivos da paz e da segurança internacionais, mas também no das grandes dinâmicas econômicas – tecnológicas e financeiras, sobretudo – que movimentam a interdependência global; na verdade, eles podem até ter perdido terreno para a Ásia nessa segunda área, já sendo pouco influente na primeira.

Esta última afirmação pode parecer depreciativa do papel ou da importância que se costuma emprestar – no mais da vezes auto-atribuída – ao Brasil nesses contextos, uma vez que tanto as elites políticas, quanto o establishment diplomático e a corporação militar têm por hábito ressaltar a relevância da participação do Brasil nesses cenários de variada significação para os grandes objetivos multilaterais da preservação da paz e da segurança internacionais, e para a promoção dos objetivos ainda mais decisivos relativos ao desenvolvimento econômico e ao progresso social dos povos e dos Estados membros da comunidade internacional. Se formos compulsar, porém, a obra mais recente que trata justamente dos grandes equilíbrios mundiais e dos problemas remanescentes para a consolidação de uma ordem internacional estável, pacífica e promotora dos direitos humanos, da segurança e da paz, escrita por um especialista reconhecido, teremos exatamente a confirmação do argumento defendido neste ensaio.

Com efeito, Henry Kissinger, em seu livro mais recente, *World Order* (New York: Penguin Press, 2014), não devota nem mesmo um capítulo, sequer uma mísera seção, à América Latina ou ao Brasil, nas dez grandes unidades da obra, todas elas dedicadas aos grandes atores ou aos problemas percebidos como relevantes para o estabelecimento ou a preservação de uma ordem que de fato não existe. Para ser mais preciso, a América Latina não aparece sequer no índice remissivo do livro, embora nele exista uma entrada para *western hemisphere*. O Brasil é mencionado duas vezes, ambas *en passant* e de maneira irrelevante: a primeira para falar sobre o impacto mundial das revoluções europeias de 1848, a segunda na companhia da Índia (que recebe tratamento mais amplo nos capítulos asiáticos da obra) como exemplo de nações emergentes. Tal tipo de abordagem, registrando apenas os atores que contam nos equilíbrios mundiais das relações internacionais nos últimos cinco séculos, parece realista, a despeito de negativa para a autoestima de alguns. Não obstante a marginalidade relativa do Brasil e do continente para a ordem mundial na concepção de Kissinger, cabe reconhecer que o Brasil aumentou sua presença nos cenários econômico e político mundiais desde 1954, reforçando sua posição relativa no sistema internacional nas seis décadas decorridas desde então, tal como refletido na produção acadêmica acumulada no período.

Em todo caso, uma história intelectual das relações exteriores e da diplomacia brasileira nas últimas seis décadas seria incompleta se deixasse de mencionar o papel relevante desempenhado pelo IBRI, desde sua fundação, e sobretudo pela *RBPI*, a partir de 1958. Uma distinção quanto à natureza dessa influência ao longo do tempo deve ser feita no que respeita o IBRI e no tocante à revista. A associação de muitos diplomatas lotados no Rio de Janeiro, em meados dos anos 1950, à fundação e funcionamento do IBRI nos primeiros anos permite estabelecer uma clara vinculação conceitual entre os temas discutidos nas reuniões do IBRI e transplantados

para a revista desde seu aparecimento e publicação trimestral e a agenda do Itamaraty nos anos imediatamente anteriores ao regime militar. Pode-se dizer, sem hesitação, que os membros civis e os diplomatas ativos no IBRI, e os focos de discussão e análise na RBPI exibem uma espécie de osmose intelectual com os grandes temas da política externa brasileira e seu tratamento pelo Itamaraty e pela própria presidência da República.

Esses grandes temas referem-se ao relacionamento bilateral Brasil-Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, aos primeiros passos da integração regional, o lançamento da Operação Pan-Americana pelo governo Kubitschek, a criação do BID e da Alalc, o problema de Cuba e seu encaminhamento na OEA, a emergência e afirmação da chamada “política externa independente” – presente, implicitamente, desde o início na revista, antes mesmo de se tornar explícita nos governos Jânio e Goulart – e a mobilização ativa do Brasil e dos países em desenvolvimento em torno da problemática do desenvolvimento, primeiro tratada no âmbito da Cepal, depois transplantada – inclusive porque o diretor, Raul Prebisch, era o mesmo – no quadro da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, cujo primeiro encontro se deu, aliás, ao mesmo momento em que caía o governo Goulart e tinha início o governo militar. Todas essas questões figuram nas páginas da revista, como uma consulta sumária aos índices dos números relativos a esses anos iniciais pode revelar (ver a coleção completa neste link: <http://mundorama.net/category/2-biblioteca/rbpi/>).

Qualquer pesquisa sobre a diplomacia brasileira no período não pode, assim, dispensar esse recurso, muitas vezes até como fonte primária. Numa época em que o Itamaraty publicava, se tanto, burocráticos relatórios anuais de suas atividades – e estes não eram tão detalhados, mas ao contrário, eram bem menos copiosos do que os antigos relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, no Império – e algumas poucas publicações avulsas, a seção documental da RBPI invariavelmente fazia a transcrição dos principais expedientes da diplomacia oficial: discursos, documentos de posição, atas de reuniões, textos de tratados e de outros atos internacionais, geralmente traduzidos pelos próprios diplomatas que colaboravam com a revista. No início do governo militar, por sinal, os relatórios de atividades do Ministério se rarefizeram, o que tornam ainda mais úteis esses números trimestrais da RBPI, a despeito do eventual retraimento de alguns diplomatas ante a nova situação política e suas orientações mais alinhadas à diplomacia tradicional da era da Guerra Fria.

Embora tenham ocorrido poucos episódios de enquadramento da corporação ao novo *Zeitgeist*, e até algumas baixas entre os opositores identificados – foi o caso, por exemplo, do embaixador Jayme Rodrigues, segundo na delegação brasileira à Unctad –, a revista continuou a dar ênfase aos seus temas habituais. O novo editor, o historiador e ex-professor do Instituto Rio Branco José Honório Rodrigues – que deu início a uma revista “concorrente”, a *Política Externa Independente*, que sobreviveu a três corajosos números entre 1964 e 1966 – preparou números temáticos sobre os temas econômicos do momento, a dependência do Brasil das exportações de commodities e a reforma do sistema multilateral de comércio; as questões da política nuclear, do direito do mar e vários outros que estavam ativamente presentes na agenda de trabalho da diplomacia brasileira também compõem nas páginas da RBPI com muita frequência (ver o número especial sobre os 40 anos da revista, em 1998, bem como o editorial assinado por Antônio Carlos Lessa e Paulo Roberto de Almeida, no vol. 47-1, junho de 2004, por ocasião dos cinquenta anos do Instituto, ambos disponíveis na plataforma Scielo).

É provavelmente esse espírito da revista, e do próprio Instituto, que explica a relativamente rápida retomada das posições da “política externa independente” já no segundo governo do regime militar, a despeito das limitações políticas da época e de alguns cânones ideológicos identificados com o espírito de caserna dos dirigentes. A sua influência foi, no entanto, sendo progressivamente diminuída depois que o ministério e todo o corpo diplomático presente no Rio de Janeiro tiveram de operar a mudança para a nova capital, no início dos anos 1970, o que culminou com a transferência do próprio Instituto Rio Branco, em 1975. O IBRI e a RBPI foram perdendo realce e prestígio nos meios que eles mais influenciavam: a própria corporação profissional do Itamaraty, o corpo diplomático e os muitos acadêmicos e altos funcionários que sempre gravitaram em torno

desse antigo empreendimento na capital cultural do país. Seguiu-se uma trajetória de declínio, quando o IBRI já era praticamente virtual e a revista continuava a ser mantida – financiada, editada e distribuída – graças aos esforços solitários de Cleantho de Paiva Leite, sem grande promotor e animador nas duas décadas restantes de sua fase carioca. Sua morte, em outubro de 1992, sinalizou o fim de uma época e o início de outra, tanto para o IBRI quanto para a RBPI, que se tornaram menos *policy-oriented*, e mais deliberadamente voltados para o mundo acadêmico.

Essa orientação, adotada a partir da transferência – de fato a recriação, tanto no que concerne o IBRI, fundado novamente, quanto a revista – para Brasília representou na verdade uma dinamização e uma potencialização das possibilidades intelectuais e de disseminação para um público mais vasto de ambos instrumentos. O IBRI passou a organizar seminários e outros eventos tipicamente acadêmicos, firmou convênios com outras instituições, a começar com a Fundação Alexandre de Gusmão, do Itamaraty, publicou muitos livros – geralmente em coedição com editoras comerciais ou da área acadêmica e diplomática – e adquiriu um novo prestígio, graças à sua íntima associação com o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, que fornece a quase totalidade dos recursos humanos, e muitos dos recursos materiais, necessários às suas atividades. O Professor José Carlos Brandi Aleixo, seu primeiro diretor na fase de Brasília, permanece como presidente de honra, em vista de seu trabalho meritório nos primeiros esforços de soerguimento da antiga instituição inaugurada em 1954.

Quanto à revista, ela não apenas recuperou suas excelentes qualidades analíticas dos anos do Rio de Janeiro, quanto cresceu exponencialmente em prestígio e audiência internacionais, o que é confirmado pela ampla gama de instrumentos de citação e de indexação de âmbito mundial. Dois nomes foram essenciais para essa feliz evolução institucional e intelectual: o professor emérito Amado Luiz Cervo, seu primeiro editor durante os primeiros dez anos da fase de Brasília, e desde 2004 o professor Antônio Carlos Lessa, que imprimiu notável modernização editorial e gráfica à revista, bem como atuou de forma decisiva para inculcar-lhe os mais rigorosos padrões de qualidade propriamente acadêmica (ver a coleção: <http://ibri-rbpi.org/category/edicoes-da-rbpi/>).

Ela é parte de um esforço mais amplo que também vem acompanhado de outros veículos e instrumentos de pesquisa e publicação, como a antiga plataforma Relnet e, desde muitos anos, a plataforma Mundorama. Por iniciativa do prof. Lessa, em 2000, foi criado o Boletim *Meridiano 47*, cujo significado foi explicado em seu primeiro número nestes termos: “*Meridiano 47* é uma homenagem que o IBRI faz a Brasília (cidade cortada por aquela linha), onde está funcionando desde 1993, com o que renova o seu compromisso permanente com a análise de alto nível na área de relações internacionais, há muito firmado com a publicação ininterrupta da *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI, que desde 1958 é testemunha e muitas vezes veículo preferencial dos movimentos intelectuais e políticos que renovaram a ação internacional do Brasil, assumindo desde logo um papel de relevo na cultura política e acadêmica do país.” (n. 1 do boletim, neste link: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4774/4007>)

O quadro analítico ao final deste ensaio tenta seguir esse longo itinerário a partir de uma compilação seletiva da produção intelectual em relações internacionais e sobre a política externa do Brasil, tal como repercutida em obras de acadêmicos, de diplomatas profissionais e de alguns poucos analistas estrangeiros, obras que foram consideradas relevantes para enquadrar essa rica evolução intelectual e prática do pensamento e da própria ação da diplomacia brasileira. Ele fornece um rápido instrumento de consulta sobre os trabalhos mais importantes publicados no Brasil nas últimas seis décadas, com destaque para a própria RBPI, ademais de uma seleção dos livros já integrados à literatura desses campos, e que marcaram cada um desses anos de aprofundamento analítico e de crescimento intelectual. O IBRI e a RBPI são peças destacadas, e certamente meritórias, desse cenário de realizações intelectuais, como tais destinados a perdurar no futuro previsível, num ambiente certamente mais competitivo do que o das primeiras décadas, e por isso mesmo mais estimulante em termos de rigor analítico e de preservação dos padrões de qualidade que sempre foram os seus.

**Compilação seletiva da produção acadêmica e profissional em relações internacionais
e em política externa do Brasil, de 1954 a 2014**

1954	Fundação do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, no Palácio Itamaraty, RJ; Cassiano Ricardo: <i>O Tratado de Petrópolis</i> ; Lygia Azevedo e José S. da Gama e Silva: <i>Evolução do Ministério das Relações Exteriores</i> ; Lançamento do <i>Boletim</i> da ADESG (em 1968: <i>Segurança e Desenvolvimento</i>).
1955	Afonso Arinos: <i>Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo</i> ; Álvaro Teixeira Soares: <i>Diplomacia do Império no Rio da Prata</i> .
1956	<i>Revista do Clube Militar</i> : Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro: A Questão da Antártica.
1957	A. J. Bezerra de Menezes: <i>O Brasil e o mundo ázio-africano</i> ; João Neves da Fontoura: <i>Depoimentos de um ex-ministro</i> .
1958	Lançamento da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI ; no Rio de Janeiro de 1958 a 1992; ano I, n. 1: Raul Fernandes: O malogro da segurança pela união das nações e a liderança americana; Hermes Lima: A conferência econômica da Organização dos Estados Americanos; ano I, n. 2: Oswaldo Aranha: Relações diplomáticas com a União Soviética; José Garrido Torres: Por que um mercado regional latino-americano?; ano I, n. 4: O. A. Dias Carneiro: Interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos na América Latina; Hélio Jaguaribe: <i>O Nacionalismo na Atualidade Brasileira</i> ; Hélio Vianna: <i>História diplomática do Brasil</i> ; Caio de Freitas: <i>George Canning e o Brasil</i> ; Gilberto Freyre: <i>Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações internacionais do Brasil</i> ; Hélio Vianna: <i>História Diplomática do Brasil</i> .
1959	Carlos Delgado de Carvalho: <i>História diplomática do Brasil</i> ; Luís Vianna Filho: <i>A vida do Barão do Rio Branco</i> ; RBPI : ano II, n. 5: Barreto Leite Filho: OPA, primeiro ano de discussões e negociações; ano II, n. 6: Cleantho Leite: Banco Interamericano de Desenvolvimento; Georges D. Landau: Política internacional e assistência técnica; ano II, n. 7: João Carlos Muniz: Significado da Operação Pan-Americana; ano II, n. 8: Roberto de Oliveira Campos: Relações Estados Unidos-América Latina: uma interpretação; Luís Bastian Pinto: A política exterior do Brasil na América Latina;
1960	Carlos de Meira Mattos: <i>Projeção Mundial do Brasil</i> ; Licurgo Costa: <i>Uma nova política para as Américas: Doutrina Kubitschek e OPA</i> ; Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro: <i>Atlas de Relações Internacionais</i> ; RBPI : ano III, n. 9: Celso A. de Souza e Silva: Operação Pan-Americana: antecedentes e perspectivas; ano III, n. 10: Cleantho de Paiva Leite: Associação Internacional de Desenvolvimento; Garrido Torres: Operação Pan-Americana: uma política a formular; ano III, n. 11: Oliver Ónody: Relações comerciais do Brasil com o Bloco Soviético;
1961	José Honório Rodrigues: <i>Brasil e África: outro horizonte</i> ; A. J. Bezerra de Menezes: <i>Ásia, África e a política independente do Brasil</i> ; <i>Foreign Affairs</i> : Jânio Quadros: Brazil's new foreign policy; RBPI : ano IV, n. 13: Alceu Amoroso Lima: Os Estados Unidos e a América Latina; ano IV, n. 14: Josué de Castro: Uma política de combate à fome na América Latina; ano IV, n. 15: Roberto de Oliveira Campos: Sobre o conceito de neutralismo; Lincoln Gordon: Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente o Brasil; ano IV, n. 16: Glycon de Paiva: Problemática mineral brasileira.
1962	San Tiago Dantas: <i>Política externa independente</i> ; <i>Revista Tempo Brasileiro</i> : Cândido Mendes de Almeida: Política externa e nação em progresso; <i>Revista de História</i> : Virgílio Corrêa Filho: O chanceler imortal: o Barão do Rio Branco; <i>International Affairs</i> (Londres): José Honório Rodrigues: The Foundations of Brazil's Foreign Policy; RBPI : ano V, n. 17: Alceu Amoroso Lima: A posição do Brasil em Punta del Este; ano V, n. 18: Barbosa Lima Sobrinho: O Brasil e a encampação de concessionárias estrangeiras; José Honório Rodrigues: O presente e o futuro das relações africano-brasileiras; ano V, n. 19: Otávio Dias Carneiro: O comércio internacional de produtos de base.

1963	<p>Candido Mendes de Almeida: <i>Nacionalismo e Desenvolvimento</i>; J. A. Soares de Souza: <i>A Missão Bellegarde ao Paraguai, 1849-1852</i>; José Honório Rodrigues: <i>Aspirações Nacionais</i>; Sérgio Macedo: <i>De Tordesilhas à OPA: um resumo da história diplomática do Brasil</i>; Arnaldo Vieira de Melo: <i>Bolívar, o Brasil e nossos vizinhos do Prata: da questão de Chiquitos à Guerra da Cisplatina</i>; Vamireh Chacon: <i>Qual a política externa conveniente ao Brasil?</i></p> <p>RBPI: ano VI, n. 21: Henrique Valle: O Brasil e a ALALC; ano VI, n. 22: José Maria Gouveia Vieira: A economia internacional do século XX.</p>
1964	<p>Antônio Olinto: <i>Brasileiros na África</i>; M. Franchini Netto: <i>Diplomacia, instrumento da ordem internacional: história, transformação, atualidade</i>; Sylvio Monteiro: <i>A Ideologia do Imperialismo</i>;</p> <p>RBPI: ano VII, n. 25: Octávio A. Dias Carneiro: Problemas de comércio internacional de produtos de base; ano VII, n. 26: Relatório de Raul Prebisch para a Unctad: Uma Nova Política Comercial para o Desenvolvimento; ano VII, n. 27: especial Sobre Santiago Dantas: Estudos, conferências e discursos; ano VII, n. 28: Ata Final da primeira Unctad;</p>
1965	<p>Pinto Ferreira: <i>Capitais Estrangeiros e Dívida Externa do Brasil</i>; Edmar Morel: <i>O Golpe começou em Washington</i>;</p> <p>Lançamento da revista <i>Política Externa Independente</i> (3 números);</p> <p><i>PEI:</i> José Honório Rodrigues: Por uma política externa própria e independente; Maria Y. L. Linhares: Desenvolvimento e política internacional;</p> <p>RBPI: ano VIII, n. 30: especial sobre a encampação das concessionárias estrangeiras-I; ano VIII, n. 31-32: especial sobre a encampação das concessionárias estrangeiras-II.</p>
1966	<p>Celso Furtado: <i>Desenvolvimento e estagnação na América Latina</i>; Mário Pedrosa: <i>A Opção Imperialista</i>; José Honório Rodrigues: <i>Interesse Nacional e Política Externa</i>;</p> <p>RBPI: ano VIII, n. 33-34: Acordo de Garantia de Investimentos entre Brasil e Estados Unidos I; ano IX, n. 35-36: Acordo de Garantia de Investimentos entre Brasil e Estados Unidos, II.</p>
1967	<p>F. H. Cardoso e Enzo Faletto: <i>Dependência e desenvolvimento na América Latina</i>; J. O. Meira Penna: <i>Política externa: segurança e desenvolvimento</i>;</p> <p>RBPI: ano X, n. 37-38: Especial: Política Nuclear Brasileira; ano X, n. 39-40: Otávio Dias Carneiro: Estruturas econômica nacionais e relações internacionais; Jayme Magrassi de Sá: O BNDE e os financiamentos externos; Celso Lafer: Uma interpretação do sistema de relações internacionais do Brasil.</p>
1968	<p>J. R. Amaral Lapa: <i>A Bahia e a carreira da Índia</i>; Darcy Ribeiro: <i>As Américas e a Civilização</i>;</p> <p>RBPI: ano XI, n. 41-42: Especial: Amazônia; Arthur César Ferreira Reis: Porque a Amazônia deve ser brasileira; Robert Panero: Um sistema sul-americano de Grandes Lagos; Herman Kahn & Robert Panero: Novo enfoque sobre a Amazônia; General Frederico Rondon: Diretrizes de uma planificação para o desenvolvimento regional da Amazônia; ano XI, n. 43-44: Especial: II UNCTAD.</p>
1969	<p><i>Revista de História:</i> Pedro Moacyr Campos: As relações do Brasil com a Alemanha durante o Segundo Reinado;</p> <p>RBPI: ano XII, n. 45-46: Especial Bacia do Prata; Clovis Ramalhete: Novos problemas jurídicos do Prata; Oscar Camilión: Relações entre Brasil e Argentina no mundo atual; ano XII, n. 47-48: Especial sobre Direito do Mar.</p>
1970	<p>Juracy Magalhães: <i>Minha experiência diplomática</i>; Delgado de Carvalho: <i>Civilização Contemporânea</i>;</p> <p>RBPI: ano XIII, n. 49-50: Emb. J. A. Araújo Castro: Fundamentos da paz internacional: balança de poder ou segurança coletiva e As Nações Unidas e a política do poder; Mario Gibson Barboza: Política Brasileira de Comércio Exterior; Mozart Gurgel Valente: Relações comerciais entre Brasil e EUA; ano XIII, n. 51-52: Especial Produtos de Base.</p>
1971	<p>Delgado de Carvalho: <i>Relações Internacionais</i>; A. Teixeira Soares: <i>Um Grande Desafio Diplomático no Século Passado: navegação e limites na Amazônia</i>; G. E. Nascimento e Silva: <i>A Missão Diplomática</i>;</p> <p>RBPI: ano XIV, n. 53-54: Emb. Araújo Castro: Continente americano dentro da problemática mundial; General Rodrigo Otávio Jordão Ramos: As Forças Armadas e a integração da Amazônia; Miguel Osório de Almeida: Desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente; ano XIV, n. 55-56: Glycon de Paiva: Estágios do desenvolvimento econômico.</p>

1972	Frank McCann: <i>The Brazilian-American Alliance, 1937-1945</i> ; <i>Revista Brasileira de Estudos Políticos</i> : Emb. Araújo Castro: O congelamento do poder mundial; RBPI , ano XV, n. 57-58: Especial sobre o Brasil na III UNCTAD; Amaury Bier: Negociações comerciais multilaterais no âmbito do GATT à luz dos resultados da III UNCTAD; ano XV, n. 59-60: Guilherme Arroio: Sistema Geral de Preferências: Análise dos principais aspectos do Sistema Geral de Preferências Tarifárias, um dos resultados mais concretos da Unctad.
1973	Celso Lafer e Felix Peña: <i>Argentina e Brasil no sistema de relações internacionais</i> ; Moniz Bandeira: <i>Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história</i> ; RBPI : ano XVI, n. 61-62: Ronaldo Costa: Participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional; ano XVI, n. 63-64: General Carlos de Meira Mattos: O poder militar e a política internacional.
1974	O. Ianni: <i>Imperialismo na América Latina</i> ; Wayne Selcher: <i>The Afro-Asian dimension of Brazilian foreign policy, 1956-1972</i> ; RBPI : ano XVII, n. 65-68: Ramiro S. Guerreiro: Organismos internacionais: conceitos e funcionamento; Eduardo Pinto: Brasil: os difíceis caminhos da energia nuclear;
1975	Stanley Hilton: <i>Brazil and the great powers, 1930-1939: the politics of trade rivalry</i> ; Carlos E. Martins: <i>Brasil-Estados Unidos: dos anos 60 aos 70</i> ; José Honório Rodrigues: <i>Independência: Revolução e contra-revolução, a política internacional</i> ; RBPI : ano XVIII, n. 69-72: Especial: Nova Ordem Mundial: aspectos políticos, econômicos, tecnológicos; Celso Lafer: Evolução da política externa brasileira; <i>Cadernos CEBRAP</i> : Carlos Estevam Martins: A evolução da política externa brasileira na década 1964-74.
1976	Terezinha de Castro: <i>Rumo à Antártica</i> ; William Perry: <i>Contemporary Brazilian Foreign Policy: the international strategy of an emerging power</i> ; Luciano Martins: <i>Pouvoir et Développement Économique: formation et évolution des structures politiques au Brésil</i> ; RBPI : ano XIX, n. 73-76: CPI das Multinacionais (1ª parte).
1977	Pedro Malan et ali: <i>Política econômica externa e industrialização do Brasil (1939-52)</i> ; Celso Lafer: <i>Comércio e relações internacionais</i> ; Ronald Schneider: <i>Brazil: Foreign Policy of a Future World Power</i> ; Roberto Gambini: <i>O Duplo Jogo de Getúlio Vargas</i> ; Carlos Meira Mattos: <i>A geopolítica e as projeções do poder</i> ; RBPI : ano XX, n. 77-80: CPI das Multinacionais (2ª parte).
1978	Luis Alberto Bahia: <i>Soberania. Guerra e Paz</i> ; RBPI : ano XXI, n. 81-84: Clóvis Brigagão: Cancelamento do Acordo Militar Brasil-EUA; Lançamento em Brasília da revista <i>Relações Internacionais</i> : Amado Cervo: Os primeiros passos da diplomacia brasileira;
1979	Celso Lafer: <i>O convênio do café de 1972: da reciprocidade no direito internacional econômico</i> ; A.A. Cançado Trindade: <i>O Estado e as Relações Internacionais</i> ; Ana Célia Castro: <i>As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913</i> ; RBPI : ano XXII, n. 85-88: Especial: A Crise Energética Mundial: Amaury Porto de Oliveira: A natureza política do preço do petróleo; Adilson de Oliveira, João L. R. H. Araújo e Luiz Pinguelli Rosa: Impasse atual e perspectivas a longo prazo da política energética no Brasil; <i>Relações Internacionais</i> : Celso Lafer: Política exterior brasileira: balanço e perspectivas
1980	Gerson Moura: <i>Autonomia na Dependência: 1935-1942</i> ; Jobson Arruda: <i>O Brasil no comércio colonial</i> ; RBPI : ano XXIII, n. 89-92: Hélio Jaguaribe: O Informe Willy Brandt e suas implicações políticas; Roberto Abdenur e Ronaldo Sardenberg: Notas sobre as relações norte-sul e o relatório Brandt; Stanley Hilton: Brasil-Argentina; <i>Relações Internacionais</i> : H. Jaguaribe: Autonomia Periférica e Hegemonia Cêntrica; R. Sardenberg: O pensamento de Araújo Castro.
1981	Amado L. Cervo, <i>O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores, 1826-1889</i> ; Golbery do Couto e Silva: <i>Conjuntura política nacional</i> ; Heitor Lyra: <i>Minha Vida Diplomática</i> ; RBPI : ano XXIV, n. 93-96, Especial sobre relações Brasil-Argentina;

1982	<p>Celso Lafer: <i>Paradoxos e possibilidades: Estudos sobre a Ordem Mundial e sobre a Política Exterior do Brasil num Sistema Internacional em Transformação</i>; R. Amado (org.): <i>Araújo Castro</i>; Maurício Nabuco: <i>Reflexões e reminiscências</i>;</p> <p>RBPI: ano XXV, n. 97-100; Henry Kissinger, Hélio Jaguaribe, Albert Fishlow: <i>Relações Brasil-EUA</i>; Pedro Sampaio Malan: <i>Sistema econômico internacional: lições da História</i>;</p> <p>Revista <i>Dados</i>: M.R.S.de Lima e G. Moura: <i>A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira</i>.</p>
1983	<p>M. R. Soares de Lima e Z. Cheibub: <i>Relações internacionais e política externa brasileira: debate intelectual e produção acadêmica</i>;</p> <p>RBPI: ano XXVI, n. 101-104; Geraldo Eulálio Nascimento Silva: <i>Terrorismo na política internacional</i>; J. Carlos Brandi Aleixo: <i>Brasil e América Central</i>; Wayne Selcher: <i>O Brasil no Mundo</i>; Amaury Porto de Oliveira: <i>Óleo para as lâmpadas das 'Majors'</i>;</p> <p>Lançamento em São Paulo da revista <i>Política e Estratégia</i> (PeE); Wayne Selcher: <i>O Brasil no sistema mundial de poder</i>.</p>
1984	<p>Celso Lafer: <i>O Brasil e a crise mundial: Paz, Poder e Política Externa</i>; A. A. Cançado Trindade: <i>Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público</i> (6 volumes até 1988, cobrindo de 1889 até 1981);</p> <p>RBPI: ano XXVII, n. 105-108; Renato Archer: <i>Santiago Dantas e a formulação da Política Exterior Independente</i>; Geraldo L. Cavagnari: <i>Brasil: introdução ao estudo de uma potência média</i>; Amaury Porto de Oliveira: <i>Reestruturação da indústria internacional de petróleo</i>; Santiago Fernandes: <i>A ilegitimidade da dívida externa</i>; Teixeira Soares: <i>Getúlio Vargas: verso e reverso de um estadista</i>.</p>
1985	<p>Hélio Jaguaribe: <i>Reflexões sobre o Atlântico Sul</i>; Moniz Bandeira: <i>O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados no Prata</i>; Ricardo A. S. Seitenfus: <i>O Brasil de Getúlio Vargas e a Formação dos Blocos: 1930-1942</i>; Alexandre Barros: <i>El estudio de las relaciones internacionales en Brasil</i>; Mônica Hirst (org.), <i>Brasil-Estados Unidos na transição democrática</i>;</p> <p>Lançamento da revista <i>Contexto Internacional</i> (IRI/PUC-RJ);</p> <p>RBPI: ano XXVIII, n. 109-110: Gerson Moura: <i>As razões do alinhamento: a política externa brasileira no após guerra (1945-1950)</i>; Comissão de Relações Exteriores da CD (1984): Tancredo Neves; Celso Lafer; Hélio Jaguaribe; Marcílio Marques Moreira;</p> <p><i>Política e Estratégia</i>: Celso Lafer: <i>A diplomacia brasileira e a nova república</i>;</p>
1986	<p>Hélio Jaguaribe: <i>O novo cenário internacional</i>; A. L. Cervo e C. Bueno: <i>A Política Externa Brasileira, 1822-1985</i>; G. Moura: <i>Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana</i>;</p> <p>RBPI: ano XXIX, n. 113-114: Paulo Nogueira Batista: <i>Dívidas externas dos Estados</i>; Stanley Hilton: <i>Afrânio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943</i>; ano XXIX, n. 115-116: Rubens Ricupero: <i>O Brasil e o Mundo no século XXI</i>; Paulo R. Almeida: <i>Relações exteriores e Constituição</i>; Moniz Bandeira: <i>Continuidade e mudança na política externa brasileira</i>.</p>
1987	<p>Moniz Bandeira <i>O Eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina</i>; René A. Dreifuss: <i>A internacional capitalista</i>;</p> <p>RBPI: ano XXX, n. 117-118; Celso Souza e Silva: <i>Proliferação Nuclear e o Tratado de Não Proliferação</i>; Rômulo Almeida: <i>Reflexão sobre a integração latino-americana</i>; Hélio Jaguaribe: <i>Integração Argentina-Brasil</i>; Rex Nazareth Alves: <i>Programa Nuclear Brasileiro</i>; ano XXX, n. 119-120: especial 30 anos da <i>RBPI</i>: reproduções de artigos já publicados.</p>
1988	<p>Sonia de Camargo e José Maria Vasquez: <i>Autoritarismo e democracia na Argentina e no Brasil: uma década de política exterior</i>; Jacob Dolinger: <i>A Dívida Externa Brasileira: solução pela via arbitral</i>; Winston Fritsch: <i>External constraints on economic policy in Brazil, 1889-1930</i>;</p> <p>RBPI: ano XXXI, n. 121-122; Rubens Ricupero: <i>O Brasil e o futuro do comércio internacional</i>; Amaury Porto de Oliveira: <i>Nas interfaces do futuro chinês</i>; ano XXXI, n. 123-124; Hélio Jaguaribe: <i>América Latina no contexto mundial</i>; Oscar Lorenzo Fernandez: <i>O desenvolvimento tecnológico do Brasil e a cooperação internacional</i>; Paulo R. Almeida: <i>Retorno ao futuro: a ordem internacional no horizonte 2000</i>.</p>

1989	<p>Moniz Bandeira: <i>Brasil-Estados Unidos: A Rivalidade Emergente, 1950-1988</i>; Gelson Fonseca Jr. e Valdemar Carneiro Leão (orgs.): <i>Temas de Política Externa Brasileira I</i>; João H. P. de Araújo, M. Azambuja e Rubens Ricupero: <i>Três Ensaios sobre Diplomacia Brasileira</i>; João Pandiá Calógeras: <i>A Política Exterior do Império</i> (3 vols. ed. fac-similar);</p> <p>Revista <i>Lua Nova</i>: especial: Relações internacionais e o Brasil (Marcílio M. Moreira, Celso Lafer, R. Seitenfus, Tullo Vigevani);</p> <p>RBPI: ano XXXII, n. 125-126; Sérgio Bath: Rui na Haia: um precursor; ano XXXII, n. 127-128; Paulo Nogueira Batista: Mudanças estruturais e desequilíbrio na economia mundial; José Octávio de Arruda Mello: Historiografia e história das relações internacionais: de José Honório ao IBRI.</p>
1990	<p>José L. Werneck da Silva: <i>As duas faces da moeda: a política externa do Brasil monárquico</i>; Mônica Hirst: <i>O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-1954)</i>; Gerson Moura: <i>O Alinhamento sem Recompensa: a política externa do Governo Dutra</i>; Tullo Vigevani: <i>Terceiro Mundo: conceito e história</i>;</p> <p>RBPI: ano XXXIII, n. 129-130; Celso Furtado: As duas vertentes da visão centro-periferia; Paulo Tarso Flecha de Lima: O Brasil no panorama internacional: desafios e controvérsias; ano XXXIII, n. 131-132; Hélio Jaguaribe: Brasil, no advento do século XXI; José Vicente Lessa: Da previsibilidade histórica; Paulo R. Almeida: Retorno ao futuro, parte II;</p> <p><i>Contexto Internacional</i>: Celso Lafer: Reflexões sobre a inserção do Brasil no contexto internacional</p>
1991	<p>G. Moura: <i>Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial</i>; Rubens A. Barbosa: <i>América Latina em perspectiva</i>; José Guilherme Merquior: <i>Liberalism, Old and New</i>;</p> <p>RBPI: ano XXXIV, n. 133-134; Celso de Souza e Silva: A posição relativa do Brasil no quadro estratégico mundial; Rubens A. Barbosa: A importância da integração e da cooperação regional e internacional para o desenvolvimento latino-americano; ano XXXIV, n. 135-136; Paulo R. Almeida: 1492 e o nascimento da moderna diplomacia;</p> <p><i>Contexto Internacional</i>: P. R. Almeida: Relações internacionais do Brasil: introdução metodológica.</p>
1992	<p>A. L. Cervo e C. Bueno: <i>História da Política Exterior do Brasil</i>; Helder Gordim da Silveira: <i>Integração latino-americana: projetos e realidades</i>;</p> <p>Lançamento da revista <i>Política Externa</i> (SP: Ed. Paz e Terra-NUPRI/USP);</p> <p>Lançamento dos cadernos <i>Premissas</i> (NEE/Unicamp);</p> <p>RBPI: ano XXXV, n. 137-138; Celso Amorim: Quem tem medo de Stefan Zweig? ou os caminhos da autonomia tecnológica; Paulo R. Almeida: Retorno ao Futuro, Parte III: agonia e queda do socialismo real; ano XXXV, n. 139-140; Sérgio Bath: Cleantho de Paiva Leite; Emb. Ramiro Saraiva Guerreiro: Repercussões das mudanças da estrutura mundial do Direito Internacional; [Último número da RBPI no Rio de Janeiro]</p> <p><i>Contexto Internacional</i>: P. R. Almeida: Os partidos políticos nas relações internacionais, 1930-1990.</p>
1993	<p>IBRI-RBPI: Constituição do IBRI em sua fase de Brasília, com eleição do primeiro presidente, Professor José Carlos Brandi Aleixo, posteriormente presidente de honra;</p> <p>Moniz Bandeira, <i>Estado Nacional e Política Internacional na América Latina: O Continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992)</i>; P. R. Almeida: <i>O Mercosul no contexto regional e internacional</i>;</p> <p>1º número da série de Brasília da RBPI, vol. 36, n. 1: Paulo R. de Almeida: Estudos de relações internacionais do Brasil: produção historiográfica, 1927-92; vol. 36, n. 2; Stanley Hilton: Brasil e Argentina: da rivalidade à entente; Clodoaldo Bueno: A diplomacia brasileira e a formação do Mercado Comum Europeu; Flavio M. De Oliveira Castro: As relações oficiais russo-soviéticas com o Brasil (1808-1961);</p> <p><i>Política Externa</i>: Celso Lafer, P. N. Batista: A política externa brasileira do governo Collor.</p>

1994	<p>J. A. Lindgren Alves: <i>Os direitos humanos como tema global</i>: Gelson Fonseca Júnior, Sérgio Henrique Nabuco de Castro (orgs.): <i>Temas de Política Externa II</i>; Amado L. Cervo (org.): <i>O Desafio Internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias</i>; Roberto Campos: <i>A Lanterna na Popa</i>; Vasco Leitão da Cunha: <i>Diplomacia em Alto Mar</i>; Ricardo Seitenfus: <i>Para uma Nova Política Externa Brasileira</i>;</p> <p>RBPI: vol. 37, n. 1; Eugênio V. Garcia: A candidatura do Brasil a um assento permanente na Liga das Nações; Thomaz G. da Costa: Política de defesa: uma discussão conceitual e o caso do Brasil; vol. 37, n. 2: Eiiti Sato: Do GATT à Organização Mundial do Comércio: as transformações da Ordem Internacional e a harmonização de políticas comerciais; Moniz Bandeira: O nacionalismo latino-americano no contexto da Guerra Fria; Francisco Doratioto: Há 130 anos o Tratado da Tríplice Aliança;</p> <p><i>Política Externa</i>: Paulo Nogueira Batista: Cláusula social e comércio internacional;</p> <p><i>Contexto Internacional</i>, vol. 16, n. 2: P. R. Almeida: O Fim de Bretton-Woods?: a longa marcha da OMC.</p>
1995	<p>José H. Rodrigues e Ricardo Seitenfus: <i>Uma História Diplomática do Brasil</i>); MRE: <i>A Palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995</i>; Moniz Bandeira: <i>O Expansionismo Brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata</i>; R. Ricupero: <i>Visões do Brasil</i>; C. Bueno: <i>A República e sua Política Exterior</i>; P. Vizentini: <i>Relações internacionais e desenvolvimento</i>; C. Brigagão: <i>Margens do Brasil</i>; S. Miyamoto: <i>Geopolítica e Poder no Brasil</i>; Luiz Felipe de Seixas Corrêa: <i>A Palavra do Brasil nas Nações Unidas: 1946-1995</i>;</p> <p>RBPI: vol. 38, n. 1; M. Hirst e L. Pinheiro: A política externa do Brasil em dois tempos; Antônio Carlos Lessa: A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979);</p> <p><i>Premissas</i>: S. Miyamoto & W. Gonçalves: A política externa brasileira e o regime militar;</p> <p><i>Política Externa</i>: Celso Amorim: O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU.</p>
1996	<p>J. A. Guilhon de Albuquerque (org.): <i>Sessenta anos de política externa</i> (vols. 1 e 2); Renato Baumann (org.): <i>O Brasil e a Economia Global</i>; Antônio S. Brandão e Lia V. Pereira (orgs.). <i>Mercosul: perspectivas da integração</i>; Sérgio Florêncio e Ernesto Araújo: <i>Mercosul Hoje</i>; Gonçalo Mello Mourão, <i>A Revolução de 1817 e a História do Brasil: um estudo de história diplomática</i>;</p> <p>Lançamento da revista <i>Parcerias Estratégicas</i> (CEE-SAE; em 2001: CGEE);</p> <p>RBPI: vol. 39, n. 1: Samuel Pinheiro Guimarães: Aspectos econômicos do Mercosul; Paulo R. Almeida: A economia da política externa: a ordem internacional e o progresso da Nação; vol. 39, n. 2: Alcides G. R. Prates: O Brasil e a coordenação entre os países de porte continental na perspectiva atual; Paulo R. Almeida: O legado do Barão: Rio Branco e a moderna diplomacia brasileira.</p>
1997	<p>Flavio S. Saraiva (org.), A. L. Cervo, W. Döpcke e Paulo R. de Almeida. <i>Relações internacionais contemporâneas: 1815 a nossos dias</i>; Ricardo Seitenfus: <i>Manual das Organizações Internacionais</i>; Odete M. de Oliveira (coord.): <i>Relações Internacionais e globalização</i>; Demétrio Magnoli, <i>O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)</i>; José Manoel Cardoso de Oliveira: <i>Atos Diplomáticos do Brasil: tratados do período colonial e vários documentos desde 1492</i>;</p> <p>RBPI: vol. 40, n. 1: Eugenio V. Garcia: O pensamento dos militares em política internacional (1961-1989); Everton V. Vargas: Átomos na integração : a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul; vol. 40, n. 2: Paulo R. de Almeida: A democratização da sociedade internacional e o Brasil: ensaio sobre uma mutação histórica de longo prazo (1815-1997).</p>
1998	<p>Celso Lafer: <i>A OMC e a regulamentação do comércio internacional</i>; Gelson Fonseca Jr.: <i>A Legitimidade Internacional</i>; Paulo R. de Almeida: <i>Relações internacionais e política externa do Brasil e Mercosul: fundamentos e perspectivas</i>; Paulo Vizentini: A política externa do regime militar brasileiro; Irineu Strenger: <i>Relações internacionais</i>; Moniz Bandeira: <i>De Marti a Fidel: a revolução cubana e a América Latina</i>; Amado L. Cervo e Mario Rapoport (orgs.): <i>História do Cone Sul</i>; Carlos Delgado de Carvalho: <i>História Diplomática do Brasil</i> (ed. fac-similar);</p> <p>RBPI, número especial, 40 anos, 1958-1998: Paulo R. de Almeida: RBPI: a continuidade de um empreendimento exemplar; Eiiti Sato: 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões; Antonio Carlos Lessa: A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais; Antônio J. R. Rocha: O tratamento de temas multilaterais na <i>RBPI</i>: 1958-1998.</p>

1999	<p>Sérgio Danese: <i>Diplomacia presidencial</i>; Paulo R. de Almeida: <i>O Brasil e o multilateralismo econômico</i>; PRA: <i>O Estudo das Relações Internacionais do Brasil</i>; Samuel Pinheiro Guimarães: <i>Quinhentos anos de periferia</i>; Yves Chaloult e Paulo Roberto de Almeida (orgs.): <i>Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social</i>; Rafael Duarte Villa: <i>Da crise do realismo à segurança global multidimensional</i>; Marcelo de Paiva Abreu: <i>O Brasil e a economia mundial, 1930-1945</i>; Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura: <i>O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas</i>; Celso Lafer: <i>Comércio, desarmamento, direitos humanos</i>; Luiz Felipe Lampreia: <i>Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões</i>;</p> <p>RBPI: vol. 42, n. 1; Luiz Felipe de Seixas Corrêa: <i>O Brasil e o mundo no limiar do novo século: diplomacia e desenvolvimento</i>; vol. 42, n. 2: Raúl Bernal-Meza: <i>Políticas exteriores comparadas de Argentina e Brasil rumo ao Mercosul</i>; Pio Penna Filho: <i>A pesquisa histórica no Itamaraty</i>.</p>
2000	<p>Criação do boletim <i>Meridiano 47</i> por iniciativa do prof. Antônio Carlos Lessa (Irel-UnB); Eugenio Vargas Garcia: <i>O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)</i>; Paulo R. Almeida: <i>Le Mercosud: un marché commun pour l'Amérique du Sud</i>; Valerio Mazzuoli: <i>Direitos humanos e relações internacionais</i>; Rubens Ricupero: <i>Rio Branco: o Brasil no Mundo</i>; Gelson Fonseca-Sérgio Nabuco (orgs.): <i>Temas de política externa brasileira II</i>; Samuel Pinheiro Guimarães (org.): <i>Argentina: visões brasileiras</i>; Paulo A. Pereira Pinto: <i>A China e o Sudeste Asiático</i>; Marcos C. Lima e Marcelo Medeiros (orgs.): <i>O Mercosul no limiar do século XXI</i>.</p> <p>RBPI: vol. 43, n. 1: Mario Rapoport e Rubén Laufer: <i>Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960</i>; João Fábio Bertonha: <i>A questão da Internacional Fascista no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista</i>; Shiguenoli Miyamoto: <i>O Brasil e as negociações multilaterais</i>; Eiiti Sato: <i>A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções</i>; vol. 43, n. 2: Francisco Doratioto: <i>A política platina do Barão de Rio Branco</i>; Frederico Lamego de Teixeira Soares: <i>Análise econômica da parceria Brasil – Alemanha no contexto das relações entre o Mercosul e a União Europeia</i>.</p>
2001	<p>IBRI livros: José Flávio Sombra Saraiva (org.): <i>CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: solidariedade e ação política</i>; José Flávio Sombra Saraiva (org.): <i>Relações Internacionais – dois séculos de história. Vol. I: Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)</i>; idem: <i>Relações Internacionais – dois séculos de história. Vol. II: entre a ordem bipolar e o policentrismo (1947 a nossos dias)</i>; José Augusto Lindgren Alves: <i>Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências</i>; Amado Luiz Cervo: <i>As Relações Internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas</i>;</p> <p>Paulo R. de Almeida: <i>Formação da Diplomacia Econômica no Brasil</i>; Fernando Mello Barreto: <i>Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1912-1964</i>; Alberto da Costa e Silva (org.): <i>O Itamaraty na cultura brasileira</i>; José Augusto Guilhon de Albuquerque (org.): <i>Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)</i>, vols. 3 e 4; Marcílio Marques Moreira: <i>Diplomacia, Política e Finanças</i>; Rubens Ricupero: <i>O Brasil e o Dilema da Globalização</i>; Funag: <i>Revista Americana (1909-1919)</i> (edição fac-similar).</p> <p>RBPI: vol. 44, n. 1: Fernando Henrique Cardoso: <i>A política externa do Brasil no início de um novo século</i>; Paulo R. de Almeida: <i>A economia internacional no século XX; um ensaio de síntese</i>; vol. 44, n. 2: Antônio Carlos Lessa e Frederico Arana Meira: <i>O Brasil e os atentados de 11 de setembro de 2001</i>.</p>

2002	<p>IBRI livros: Alcides Costa Vaz: <i>Cooperação, integração e processo negociador: A construção do Mercosul</i>; Estevão Chaves de Rezende Martins: <i>Relações internacionais – cultura e poder</i>; Carlos Pio: <i>Relações Internacionais: economia política e globalização</i>; Antônio Jorge Ramalho da Rocha: <i>Relações Internacionais: teorias e agendas</i>; Paulo Roberto de Almeida: <i>Os primeiros anos do século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas</i>; Amado Cervo e Clodoaldo Bueno: <i>História da Política Exterior do Brasil</i> (2ª ed.); Francisco Doratioto: <i>Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai</i>; Rubens A. Barbosa Marshall Eakin e Paulo R. Almeida (orgs.): <i>O Brasil dos Brazilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000</i>; Carlos Henrique Cardim e João Almino (orgs.): <i>Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil</i>; Welber Barral: <i>O Brasil e a OMC</i>; Luis Claudio V. G. Santos: <i>O Império e as repúblicas do Pacífico</i>; Reinaldo Gonçalves: <i>Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global</i>; Raul M. da Silva e Clovis Brigagão (orgs.): <i>História das Relações Internacionais do Brasil</i>.</p> <p>RBPI: vol. 45, n. 1: Amado L. Cervo: <i>Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso</i>; vol. 45, n. 2: Norma Breda dos Santos: <i>A dimensão multilateral da política externa brasileira: perfil da produção bibliográfica</i>; Paulo R. Almeida: <i>A Política Externa do novo Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva: retrospecto histórico e avaliação programática</i>;</p> <p><i>Contexto Internacional:</i> Mônica Herz: <i>O Crescimento da Área de Relações Internacionais no Brasil</i>.</p>
2003	<p>IBRI livros: Estevão Chaves de Rezende Martins (org.): <i>Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina</i>; Antônio Carlos Lessa: <i>A Construção da Europa: a última utopia das relações internacionais</i>; José Flávio Sombra Saraiva (org.): <i>Foreign Policy and Political Regimes</i>; Gabriel O. Alvarez (org.): <i>Indústrias culturais no Mercosul</i>;</p> <p>Clodoaldo Bueno: <i>Política externa da Primeira República: os anos de apogeu</i>; Paulo Vizentini: <i>Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula</i>; Luiz Augusto Souto Maior: <i>O Brasil em um mundo em transição</i>; Tullo Vigevani e Marcelo Passini Mariano: <i>Alca: o gigante e os anões</i>; Moniz Bandeira: <i>Conflito e integração na América do Sul: Brasil, Argentina e Estados Unidos (Da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003)</i>; Valerio Mazzuoli e Roberto Luiz Silva (orgs.): <i>O Brasil e os acordos econômicos internacionais</i>; Ricardo Seitenfus: <i>O Brasil vai à Guerra: o Processo do Envolvimento</i>;</p> <p>RBPI: vol. 46, n. 1: Luiz A. P. Souto Maior: <i>Desafios de uma política externa assertiva</i>; vol. 46, n. 2: João Paulo Soares Alsina Jr.: <i>A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso</i>; Eiiti Sato: <i>Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI</i>.</p>
2004	<p>IBRI livros: José Flávio S. Saraiva & Pedro Motta Pinto Coelho (orgs.): <i>Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio</i>;</p> <p>Paulo R. de Almeida: <i>Relações internacionais e política externa do Brasil</i> (2ª ed.); Francisco Carlos Teixeira da Silva (org.): <i>Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX</i>; Clovis Brigagão: <i>Relações internacionais no Brasil: instituições, programas, cursos e redes</i>; Mônica Herz e Andrea Hoffman: <i>Organizações Internacionais: histórias e práticas</i>; Heloisa C. Machado da Silva: <i>Da Substituição de Importações à Substituição de Exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979</i>; Moniz Bandeira: <i>As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)</i>; Luis Claudio V. Gomes Santos: <i>O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)</i>; Demétrio Magnoli: <i>Relações Internacionais: teoria e história</i>;</p> <p>RBPI: vol. 47, n. 1: <i>Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula</i>: Paulo R. de Almeida; vol. 47, n. 2: Eduardo Viola & Hector Ricardo Leis: <i>Unipolaridade, governabilidade global e intervenção unilateral anglo-americana no Iraque</i>; Luiz A. P. Souto Maior: <i>A crise do multilateralismo econômico e o Brasil</i>; Paulo R. Almeida: <i>Instituto Brasileiro de Relações Internacionais: 50 anos de um grande empreendimento intelectual</i>.</p>

2005	<p>IBRI livros: José Flávio Sombra Saraiva & Amado Cervo (orgs.): <i>O crescimento das Relações Internacionais no Brasil</i>; Eugênio Vargas Garcia: <i>Cronologia das relações internacionais do Brasil</i>; Paulo R. de Almeida: <i>Formação da Diplomacia Econômica no Brasil</i> (2ª ed.) e <i>Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências</i> (coeditado com Rubens A. Barbosa); Mônica Hirst: <i>The United States and Brazil: a long road of unmet expectations</i>; Moniz Bandeira: <i>A formação do Império Americano</i>; Henrique Altemani Oliveira: <i>Política Externa Brasileira</i>; Ricardo Seitenfus: <i>Manual das Organizações Internacionais</i>; Williams Gonçalves e Guilherme Silva: <i>Dicionário de Relações Internacionais</i>; Gilberto Sarfati: <i>Teorias de Relações Internacionais</i>; Eduardo Felipe P. Matias: <i>A Humanidade e suas Fronteiras: do Estado soberano à sociedade global</i>; José Augusto Lindgren Alves: <i>Os direitos humanos na pós-modernidade</i>;</p> <p>RBPI: vol. 48, n. 1: Maria Regina Soares de Lima: A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul; Alessandro Candeas: Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos; vol. 48, n. 2: Henrique Altemani de Oliveira e Gilmar Masiero: Estudos Asiáticos no Brasil: contexto e desafios; Marcelo Fernandes de Oliveira: Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20; Hélio Franchini Neto: A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962; Luís Claudio Villafañe G. Santos: A América do Sul no discurso diplomático brasileiro.</p>
2006	<p>IBRI livros: Henrique Altemani de Oliveira e Antônio Carlos Lessa (orgs.): <i>Relações internacionais do Brasil: temas e agendas</i> (vols. 1 e 2);</p> <p>Amado Cervo e Clodoaldo Bueno: <i>História da Política Exterior do Brasil</i> (3ª ed.); Francisco Doratioto: <i>Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai</i> (2ª ed.); Eugênio Vargas Garcia: <i>Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920</i>; Samuel Pinheiro Guimarães: <i>Desafios brasileiros na era dos gigantes</i>; Fernando Mello Barreto: <i>Os Sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil, 1964-1985</i>; Paulo R. de Almeida: <i>O Estudo das Relações Internacionais do Brasil</i> (2ª ed.); Marcelo Raffaelli: <i>A Monarquia e a República: Aspectos das relações entre Brasil e Estados Unidos durante o Império</i>; Henrique Altemani de Oliveira e Antônio Carlos Lessa: <i>Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação</i>; Vasco Mariz (org.): <i>Brasil-França: relações históricas no período colonial</i>; Leonardo Carneiro Enge: <i>A Convergência Macroeconômica Brasil-Argentina</i>; João Clemente Baena Soares: <i>Sem medo da diplomacia: depoimento ao Cpdoc</i>; José Oswaldo de Meira Penna: <i>Polemos: Uma análise crítica do darwinismo</i>;</p> <p>RBPI: vol. 49, n. 1; Paulo R. Almeida: Uma nova 'arquitetura' diplomática?: Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006);</p> <p>Registro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), criada em 2005: primeiro encontro nacional em Brasília (julho de 2007).</p>
2007	<p>IBRI livros: Amado Luiz Cervo: <i>Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas</i> (2ª ed.); Estevão Chaves de Rezende Martins: <i>Cultura e Poder</i>;</p> <p>Luís Valente de Oliveira e Rubens Ricupero (organizadores): <i>A Abertura dos Portos</i>; Carlos Henrique Cardim: <i>A Raiz das Coisas: Rui Barbosa, o Brasil no Mundo</i>; Carlos Alberto Leite Barbosa: <i>Desafio Inacabado: a política externa de Jânio Quadros</i>; João Alfredo dos Anjos: <i>José Bonifácio, o primeiro Chanceler do Brasil</i>; Alexandre Guido Lopes Parola: <i>A Ordem Injusta</i>; Everton Vieira Vargas: <i>O Legado do Discurso: Brasilidade e Hispanidade no Pensamento Social Brasileiro e Latino-Americano</i>; Marcelo Böhlke: <i>Integração Regional e Autonomia do seu Ordenamento Jurídico</i>;</p> <p>RBPI: vol. 50, n. 1: Domicio Proença Júnior & Érico Esteves Duarte: Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional; Dawisson Belém Lopes: A ONU tem autoridade? Um exercício de contabilidade política (1945-2006); Leandro Freitas Couto: O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul; Rogério de Souza Farias: Relações internacionais do Brasil em um mundo em transição; vol. 50, n. 2: Antônio Carlos Lessa: RBPI: cinquenta anos; Paulo R. de Almeida: As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80.</p>

2008	<p>Amado Luiz Cervo: <i>Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros</i>; Sérgio Corrêa da Costa: <i>Le nazisme en Amérique du Sud: Chronique d'une guerre secrète 1930-1950</i>; Vasco Mariz: <i>Temas da política internacional: ensaios, palestras e recordações diplomáticas</i>; Eugênio Vargas Garcia (org.): <i>Diplomacia Brasileira e Política Externa: Documentos Históricos 1493-2008</i>;</p> <p>RBPI: vol. 51, n. 1: Tullo Vigevani et alii: O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites; Andrés Rivarola Puntigliano: Going Global: an organizational study of Brazilian foreign policy; Suzeley Mathias et alii: Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul; vol. 51, n. 2: Antônio Carlos Lessa: Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana; Amado Luiz Cervo: Conceitos em Relações Internacionais; Gilmar Masiero & Heloisa Lopes: Etanol e biodiesel como recursos energéticos alternativos: perspectivas da América Latina e da Ásia; Raul Bernal-Meza: Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategia, cooperación y factores de tensión).</p>
2009	<p>Manoel de Oliveira Lima: <i>Nos Estados Unidos, Impressões políticas e sociais</i>; Flavio Mendes de Oliveira Castro e Francisco Mendes de Oliveira Castro: <i>Dois séculos de história da organização do Itamaraty; 1: 1808-1979; 2: 1979-2008</i>; Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão: <i>A Revolução de 1817 e a História do Brasil: um estudo de história diplomática</i>; Luiz Felipe de Seixas Corrêa: <i>O Barão do Rio Branco: Missão em Berlim – 1901/1902</i>;</p> <p>RBPI: vol. 52, n. 1: Patricia L. Kegel & Mohamed Amal: Instituições, Direito e soberania: a efetividade jurídica nos processos de integração regional nos exemplos da União Europeia e do Mercosul; Antônio Carlos Lessa, Leandro F. Couto; Rogério S. Farias: Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008); vol. 52, n. 2: Marcelo Dias Varella: Efetividade do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio: uma análise sobre os seus doze primeiros anos de existência e das propostas para seu aperfeiçoamento; Shiguenoli Miyamoto: O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP); Pio Penna Filho: O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979); João Paulo S. Alsina: O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea.</p>
2010	<p>Paulo R. de Almeida, Rubens A. Barbosa e Francisco Rogido (orgs.): <i>Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil: Coleções documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos</i>; Denis Rolland; Antônio Carlos Lessa (coord.): <i>Relations Internationales du Brésil: Les Chemins de la Puissance</i>; Oscar S. Lorenzo Fernandez: <i>Três Séculos e uma Geração</i>; Carlos Augusto de Proença Rosa: <i>História da Ciência</i> (3 vols.); Luís Cláudio Villafañe G. Santos: <i>O Dia em que Adiaram o Carnaval: Política Externa e a Construção do Brasil</i>; Fernando Cacciatore de Garcia: <i>Fronteira Iluminada: História do Povoamento, Conquista e Limites do Rio Grande do Sul, a partir do Tratado de Tordesilhas (1420-1920)</i>;</p> <p>RBPI: vol. 53, Special issue: Amado Luiz Cervo & Antônio Carlos Lessa: Emerging Brazil under Lula: an assessment on International Relations (2003-2010); Renato Baumann: Brazilian external sector so far in the 21st century; Antônio Carlos Lessa: Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010); vol. 53, n. 1: Gunther Rudzit & Oto Nogami: Segurança e Defesa Nacionais: conceitos básicos para uma análise; Matias Spektor: Ideias de ativismo regional: a transformação das leituras brasileiras da região; vol. 53, n. 2: Ariane Figueira: Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores; João Fabio Bertonha: Brazil: an emerging military power? The problem of the use of force in Brazilian international relations in the 21st century; Marcos Aurélio Guedes de Oliveira: Sources of Brazil's Counter-Hegemony.</p>

2011	<p>Paulo Roberto de Almeida: <i>Globalizando, ensaios sobre a globalização e a antiglobalização</i>; Luiz Fernando Ligiêro: <i>A Autonomia na Política Externa Brasileira – a Política Externa Independente e o Pragmatismo Responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?</i>; San Tiago Dantas: <i>Política Externa Independente</i> (edição atualizada); Alberto da Costa e Silva (coord.): <i>História do Brasil Nação: 1808-2010</i>; vol. 1: <i>Crise Colonial e Independência: 1808-1830</i>; Eugenio Vargas Garcia: <i>O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU</i>; Gelson Fonseca: <i>Diplomacia e Academia</i>; Maria Theresa Diniz Forster: <i>Oliveira Lima e as Relações Exteriores do Brasil</i>; Sarquis José Buainain Sarquis: <i>Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil</i>; Ademar Seabra da Cruz Junior: <i>Diplomacia, desenvolvimento e sistemas nacionais de inovação</i>; Celso Amorim: <i>Conversas com Jovens Diplomatas</i>; Rubens Barbosa: <i>O Dissenso de Washington: Notas de um observador privilegiado sobre as relações Brasil-Estados Unidos</i>; Sidnei J. Munhoz e Francisco Carlos Teixeira da Silva (orgs.), <i>Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI</i>; Edgard Telles Ribeiro: <i>Diplomacia Cultural: seu papel na diplomacia brasileira</i> (2ª. ed.); Fernando Guimarães Reis: <i>Caçadores de Nuvens: Em busca da Diplomacia</i>;</p> <p>RBPI: vol. 54, n 1: Eugenio V. Garcia: De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945; vol. 54, n. 2: Rogério de Souza Farias & Raphael Coutinho da Cunha: As relações econômicas internacionais do governo Geisel (1974-1979).</p>
2012	<p>Manoel Gomes Pereira (editor), José Maria Paranhos da Silva Jr.: <i>Obras do Barão do Rio Branco</i> (12 vols.); Manuel Antônio da Fonseca Couto Gomes Pereira (org.): <i>Barão do Rio Branco: 100 Anos de Memória</i>; Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos (curador): <i>Rio Branco: 100 anos de memória</i>; Paulo Roberto de Almeida: <i>Relações internacionais e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização</i>; Rubens Antônio Barbosa: <i>Interesse Nacional & Visão de Futuro</i>; Luiz Felipe de Seixas Corrêa (org.): <i>O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2011</i> (3ª. ed.); Francisco Doratioto: <i>Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)</i>; Luís Cláudio Villafañe G. Santos: <i>Duarte da Ponte Ribeiro: pioneiro de la diplomacia y amistad entre Brasil y Perú</i>; Vasco Mariz: <i>Depois da Glória: ensaios históricos sobre personalidades e episódios controversos da história do Brasil e de Portugal</i>; Fernando de Mello Barreto: <i>A Política Externa Após a Redemocratização</i> (2 vols.); Luís Cláudio Villafañe G. Santos: <i>O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira</i>; Antônio Augusto Cançado Trindade: <i>Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público</i> (nova ed.); André Heráclio do Rêgo: <i>Os Sertões e os Desertos: o combate à desertificação e a política externa brasileira</i>; Maria Feliciano Nunes Ortigão de Sampaio: <i>O Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT)</i>;</p> <p>RBPI: vol. 55, 1: Eiiti Sato & Susan E. M. Cesar: A Rodada Doha, as mudanças no regime do comércio internacional e a política comercial brasileira; vol. 55, 2: Clodoaldo Bueno: O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912); vol. 55, Special issue: Environment: Eduardo Viola & Antônio Carlos Lessa: Global climate governance and transition to a low-carbon economy; Eduardo Viola, Matias Franchini & Thaís Lemos: Climate governance in an international system under conservative hegemony: the role of major powers.</p>
2013	<p>José Vicente Pimentel (org.): <i>Pensamento Diplomático Brasileiro, 1750-1964</i> (3 vols.); Paulo Roberto de Almeida: <i>Integração Regional: uma introdução</i>; Paulo Estivallet de Mesquita: <i>A Organização Mundial do Comércio</i>; Vasco Mariz: <i>Nos bastidores da diplomacia: memórias diplomáticas</i>; Rogério de Souza Farias: <i>A palavra do Brasil no sistema multilateral de comércio (1946-1994)</i>; Guilherme Frazão Conduru: <i>O Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty: história e revitalização</i>; Fernando Guimarães Reis: <i>Por uma academia renovada: formação do diplomata brasileiro</i>; João Augusto Costa Vargas: <i>Um mundo que também é nosso : o pensamento e a trajetória diplomática de Araujo</i>; Eugênio V. Garcia: <i>Conselho de Segurança das Nações Unidas</i>; Carlos Márcio B. Cozendey: <i>Instituições de Bretton Woods</i>; Renato Mendonça: <i>História da Política Exterior do Brasil: do período colonial ao reconhecimento do Império (1500-1825)</i>; Elias Luna Almeida Santos: <i>Investidores soberanos, política internacional e interesses brasileiros</i>; Celso Amorim: <i>Breves Narrativas Diplomáticas</i>; Antônio Augusto Cançado Trindade: <i>Os tribunais internacionais contemporâneos</i>; Ronaldo Mota Sardenberg: <i>O Brasil e as Nações Unidas</i>; Synesio Sampaio Goes Filho: <i>As Fronteiras do Brasil</i>; André Amado: <i>Por Dentro do Itamaraty: impressões de um diplomata</i>;</p> <p>RBPI: vol. 56, 1: Carlos S. Milani & João M. Tude: A Política Externa Brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional durante o Governo Lula; vol. 56, 2: João Fábio Bertonha: A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada.</p>

- 2014 Paulo Roberto de Almeida: *Nunca Antes na Diplomacia...: a política externa brasileira em tempos não convencionais*; Francisco Doratioto: *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*; Luiz Felipe Lampreia: *Aposta em Teerã: o acordo nuclear entre o Brasil, Turquia e Irã*; Lauro Escorel: *Introdução ao Pensamento Político de Maquiavel* (3ª. ed.); Fernando Cacciatore de Garcia: *Como Escrever a História do Brasil: Miséria e Grandeza*;
- RBPI:** Special issue: China; Henrique Altemani de Oliveira & Antônio Carlos Lessa: China rising: strategies and tactics of China's growing presence in the world; Jose León-Manríquez; Luis F. Alvarez: Mao's steps in Monroe's backyard: towards a United States-China hegemonic struggle in Latin America?; José Augusto Guilhon de Albuquerque: Brazil, China, US: a triangular relation?; **RBPI**, vol. 57, n. 1: Andrea Q. Steiner et alii: From Tegucigalpa to Teheran: Brazil's diplomacy as an emerging Western country.

Fontes: Elaboração de Paulo Roberto de Almeida, com base nos arquivos do IBRI/RBPI (<http://ibri-rbpi.org/>), do boletim *Meridiano 47* (<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/issue/archive>) e do Scielo (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7329&lng=en&nrm=iso); 02/12/2014.

Nota: Versão completa deste quadro analítico, sob o título “Política internacional, contexto regional e diplomacia brasileira, acompanhada de listagem seletiva da produção acadêmica em relações internacionais e em política externa do Brasil, de 1954 a 2014”, encontra-se disponível na plataforma Academia.edu, sob o seguinte link: https://www.academia.edu/9617558/2723_Produ%C3%A7%C3%A3o_intelectual_sobre_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais_e_pol%C3%ADtica_externa_do_Brasil_1954-2-14_.

Resumo

Breve ensaio sobre o itinerário do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (Rio de Janeiro, 1954-1992; Brasília, desde 1993) e sobre sua principal iniciativa no plano acadêmico, a *Revista Brasileira de Política Internacional* (1958), destacando as grandes etapas desse empreendimento intelectual, nas fases do Rio de Janeiro e de Brasília, e listando o essencial da produção brasileira em relações internacionais e política externa do Brasil, com destaque para as matérias mais relevantes sobre os grandes temas da diplomacia brasileira publicadas na própria revista.

Abstract

Short essay on the trajectory of the Brazilian Institute of International Relations (Rio de Janeiro, 1954-1992; Brasília, since 1993) and its main off-shot in the publishing area, the *Brazilian Journal of International Policy* (1958), emphasizing the main accomplishments of this intellectual endeavor, at its Rio de Janeiro and Brasilia stages, and presenting a selective list of relevant Brazilian works in international relations and Foreign Policy of Brazil, with special attention to important issues in Brazilian diplomacy as published in this journal.

Key-words: Brazilian Institute of International Relations; Brazilian Journal of International Policy; Brazilian Foreign Policy; International Relations; Bibliography.

Palavras-chave: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; Revista Brasileira de Política Internacional; política externa brasileira; relações internacionais; bibliografia.

Recebido em 04/11/2014
Aprovado em 04/12/2014

Cultura Nacional e Geopolítica Brasileira: O Pensamento Social na Geopolítica Nacional

National Culture and Brazilian Geopolitics: The Social Thought in National Geopolitics

José Alexandre Altahyde Hage*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 19 a 26]

Embora o terreno adotado neste ensaio possa ser movediço, podendo colocar em risco os esforços aqui empregados, mesmo assim, mantêm-se a intenção de aliar cultura nacional à geopolítica. Se geopolítica é, antes de tudo, expressão política proveniente da realidade geográfica ela deve significar também atividade intelectual com a qual o Estado avalia sua posição e possibilidades de ganhos na arena internacional. A maneira como a unidade política se enxerga e concebe o futuro não deve ser separada do quantum cultural, de seu teor valorativo e de experiências que podem dirigir as elites políticas à efetivação de objetivos – considerando que o agrupamento dirigente simbolize a vontade nacional. É a “ideia da raça brasileira e sua expressão diferenciadora de cultura, da qual todos se orgulham, porque não é cúpida como a anglo-saxã, nem a um tempo fraca e soberba como a hispano-americana” (FERREIRA, 2001: 72).

A percepção que as elites políticas e culturais tinham do Brasil no sistema internacional não deixava de ser o outro lado da moeda, a saber, a maneira com a qual o País era compreendido pelos letrados e estudiosos nacionais e estrangeiros no aspecto doméstico. Antes de o Brasil angariar posição externa ele deveria, antes de tudo, ser consolidado pelas instituições nacionais de modo geral. Em outro aspecto, as classes dirigentes deveriam fazer aquilo que seria o cimento da nacionalidade, tão cara ao pensamento geopolítico: universalizar a ideia de nação, de algo crível, para toda a sociedade. De modo reto, o Brasil teria de existir validamente para sua sociedade antes de ser ente internacional.

Apesar das questões de *identidades nacionais* (melhor no plural) poderem ser abstratas por estar relativamente distante no tempo, segunda metade do século XIX, é congruente que elas sejam comentadas para compreensão do pensamento geopolítico brasileiro. É fato que não há mais lugar para pensar se o Brasil deu certo ou se está em via de sê-lo. O exercício intelectual sobre a formação do Estado brasileiro, suas implicações e dificuldades, é algo constante em virtude de ser tema corrente nas universidades nacionais. Porém, os estudos atuais dedicados a essa questão não chegam a concluir o infortúnio brasileiro, um país que não deu certo, a não ser em termos jocosos ou de galhofa.

O moderno Estado brasileiro com suas dificuldades e avanços normais nos âmbitos doméstico e internacional, com dificuldades regulares em qualquer atividade política de alto grau resulta, em parte, dos movimentados debates políticos-culturais e reflexões que tiveram vez na segunda metade do século XIX, cujo ápice se deu no

* Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp (alexandrehage@hotmail.com).

advento do regime republicano. As perguntas mais incisivas que se faziam nas incursões teóricas entre as classes dirigentes e intelectuais eram como fazer com que o Brasil fosse viável. A dúvida não pairava somente no País, mas na própria faixa equatorial de terras quentes.

Em época de crescente valorização dos argumentos científicos, racionais e exatos, levavam-se em consideração itens exteriores e interiores dos quais os países tropicais não tinham controle. É rica a história da ciência que abarca os principais estudiosos e teóricos de concepções naturalistas e racistas que acreditavam nos efeitos inexoráveis do clima e da geologia sobre a formação dos povos. De modo resumido e arbitrário, neste ensaio são citados alguns clássicos do pensamento político e social que grande peso tiveram na evolução intelectual dos países posteriormente denominados periféricos ou pobres.

Em Montesquieu aparece a máxima segundo a qual não haveria progresso material e moral fora da Europa, diga-se da parte setentrional. A sorte dos povos estaria ligada à temperatura da região e dela se extrairia a fortuna ou a desgraça das nações. No *O Espírito das Leis* (de 1748) o mundo tropical não avançaria porque o clima quente seria inapropriado para a existência de civilizações avançadas a exemplo da europeia. A razão para isso se encontraria no amolecimento intelectual e físico dos homens que, paradoxalmente, não teriam de lutar arduamente contra as intempéries do meio, portanto não progrediria técnica e fisicamente para vencer as dificuldades salutares para a progresso humano. Os trópicos, pródigos e generosos pela natureza, forneceriam o mínimo para a sobrevivência:

“Nos países quentes, o relaxamento das fibras produz uma grande transpiração dos líquidos, mas as partes sólidas diluem-se menos. As fibras, que possuem apenas uma ação muito fraca e pouca flexibilidade, quase não se desgastam; pouco suco nutritivo basta para reparar-los. Come-se, portanto, muito pouco nesses lugares” (MONTESQUIEU, 1973: 214).

Na facilidade de vivência existiria a preguiça e a falta de vigor, já que “se plantando tudo dá”, conforme a informação de Caminha sobre a descoberta do Brasil. Por ser região quente os povos localizados na faixa tropical teriam também determinadas formas de governo e de sociabilidade. Ao contrário da Europa temperada os trópicos não poderiam assistir a governos democráticos e livres. China, Turquia e Pérsia, notadamente, teriam de ser governadas por meios despóticos e sua relação socioeconômica não poderia ser outra forma que não a escravidão. O motivo é que a formação de Estados no hemisfério sul teria também de obedecer a certos determinismos.

Na faixa quente do mundo os Estados tenderiam a ser muito grandes territorialmente, contrariando as pequenas monarquias europeias. A amplidão geográfica exigiria economia agrária, cuja produção se daria em larga escala em virtude de benefícios climáticos (as commodities no século XX). O tipo de mão de obra pertinente para aquela situação seria a escrava ou de servidão; logo a administração deveria ser autoritária e o regime de governo despótico, como é bem conhecido nas maiores unidades da faixa tropical, por isso Montesquieu cita Turquia e Índia (MONTESQUIEU, 1973: 212).

Sobre esse feito o francês chega a ser dual à medida que contrapõe o futuro conceito Norte e Sul tão ao gosto da política internacional da segunda parte do século XX. O primeiro polo é industrioso, o povo é amante das liberdades e a forma de governo é a monarquia constitucional, não tendo o autor oposição marcante à república, pois tanto na primeira quanto na segunda o que impera é a virtude, o sentimento de civilidade e cuidado com a coisa pública. No Sul o quadro muda de imagem. Na parte meridional do Globo, onde está o Novo Mundo, as unidades políticas (a exemplo de Aron, 1986: 51) são imensas, não há criatividade popular, que só reproduz o que é feito no Norte. A forma de governo não é democrática, portanto nessas áreas não pode haver virtude nem defesa da liberdade:

“Tais regiões férteis são planícies onde nada se pode disputar ao mais forte; está-se, portanto, submetido a ele, quando se lhe está submetido, o espírito de liberdade não poderá surgir. Os bens agrários são um penhor da fidelidade. Mas, nas regiões montanhosas, pode-se e tem pouco a conservar. A liberdade, ou seja, o governo no qual nos comprazemos é o único bem que merece ser defendido” (MONTESQUIEU, 1973: 255).

Mesmo que a má vontade do nobre francês estivesse um pouco longe no tempo ele não deixou de influenciar o pessimismo tanto das classes dirigentes e intelectuais brasileiras quanto dos estudiosos, políticos e diplomatas europeus. A cena geográfica continuava a mesma, as mudanças se davam somente nas peças. Em acréscimo aos antigos, quentes e despóticos impérios asiáticos havia o II reinado brasileiro movido por sentimentos às vezes amorfos de otimismo e pessimismo, dando mais espaço ao segundo. Afinal, o Brasil agregava os itens mais “nefastos” da contabilidade política e social do Velho Mundo: calor tropical, economia escravocrata e população nativa, por isso os ecos de Montesquieu ainda podiam ser ouvidos por seus seguidores: Buffon e Gustave Le Bon.

É como se houvesse o paradoxo do *iluminismo* em que só haveria aprendizado para alguns escolhidos. Em um tempo em que se acreditava na razão como instrumento de libertação das amarras tradicionais e preconceitos o hemisfério sul poderia se considerar fora daquele progresso mental. Immanuel Kant (1784), que talvez não tenha nada a ver com isso, era da opinião de que o Iluminismo significava passar da fase de menoridade para a maioridade; de irresponsável para responsável pelo próprio destino (KANT, 1995: 17). Dependendo da forma como tal enunciado pudesse ser lido poderia-se levar à conclusão que os trópicos necessitariam ainda de tutores para conduzi-los a um nível superior de civilização por causa da ausência de itens regulares da cultura ocidental.

Sobre isso pode-se dizer que foi feliz Roberto Ventura ao examinar, em *Estilo Tropical*, o cotidiano dos debates e conflitos intelectuais e culturais a respeito do destino do Brasil como Estado viável. Autores evolucionistas, de vários níveis, lidos no Rio de Janeiro do final do século XIX, são esmiuçados como representantes de um conflito que ganhou azo nos principais centros de aprendizagem do Brasil, principalmente a Faculdade de Direito do Recife, talvez o lugar mais fértil para articulação de ideias naquela época. A questão que emergia era: como o Brasil pode ser crível se ele não produz cultura, não concebe literatura que, em essência, represente o estado de espírito de um povo?

A literatura não seria expressão menor do Estado, um diletantismo de setores privilegiados da sociedade. Ao contrário, ela indicaria o nível de sofisticação cultural de um povo e o vínculo que ele teria com a civilização adiantada. Eis o ponto, civilização que a partir da produção literária, entre outras coisas, ligaria o Brasil aos grandes centros culturais da Europa. Desse modo, o País se abasteceria de aprendizado, visto que seu quantum era baixo em virtude das peculiaridades nacionais que deveriam ser examinadas com calma, pois suas características podiam ser suficientes para botar o Brasil no campo da originalidade nacional ou para reforçar o pessimismo de plantão (VENTURA, 1991: 11).

O determinismo climático não reinava sozinho para o reforço negativo contra um Brasil tropical. Além de apresentar clima quente a população brasileira tinha nos brancos europeus a menor parte. Uma sociedade cuja maior parcela era composta de escravos, mestiços de negros e de índios, indicava sinais de que a questão do calor seria problema pequeno. Com o posterior descrédito do determinismo climático ganhou dimensão o racial, jogando pesado na premissa segundo a qual um país não poderia vingar com populações atrasadas na evolução civilizacional, sendo que o branco português também não ajudaria muito, visto que sua gênese é mais árabe e africana do que propriamente europeia.

A faculdade de direito da capital pernambucana agregava um grupo de estudiosos com supostos pontos em comum sobre a compreensão dos problemas nacionais; a *Escola do Recife*, que teve como representantes mais evidentes, Silvio Romero e Tobias Barreto. Os pontos mais prementes que atraíam atenção daqueles intelectuais

eram por que a imagem internacional do Brasil não era positiva igual a dos Estados Unidos. Os efeitos do determinismo climático havia perdido força, mas continuava sendo ponto de partida para que estudiosos estrangeiros, nomeadamente o diplomata francês Arthur de Gobineau, defendessem teorias racistas contra a maior parte da população brasileira.

Gobineau, por si, mereceria estudo à parte. Muito próximo de Dom Pedro II, a quem considerava amigo culto e isolado no meio da mediocridade tropical, o diplomata imaginava o Brasil como experiência que não poderia lograr nada propício à civilização ocidental. Fazendo uso de um tipo de antropologia a interpretação racista dele não enxergava viabilidade naquilo que era considerado o grande malogro brasileiro: a miscigenação entre povos naturalmente atrasados. Miscigenação que neutralizaria o que poderia haver de bom em uma das raças e dar vazão às partes nocivas, por isso o brasileiro médio tenderia para a degeneração, como a indolência, a ignorância e doenças mentais (VENTURA, 1991: 56).

Por trás de teorias racistas e deterministas não deixava de haver posturas expansionistas ou de preeminência política e econômica da Europa Ocidental sobre os “territórios infortunados”, estando neles o Brasil. Um país de difícil manutenção na política do poder teria de ter suas atividades governamentais chanceladas pelas grandes potências. Caminhando por vias indiretas aquelas ideias podiam ser convenientes para se concluir que os países do hemisfério sul não teriam condições suficientes para a independência em todos os aspectos. Prova disso foi o contencioso britânico que enxergava o Brasil como unidade subordinada e sem condições políticas para utilizar sua própria justiça contra estrangeiros. A *Questão Christie*, de 1862 a 1865, marca bem esse propósito.

Desconfortavelmente escritores como Silvio Romero e Joaquim Nabuco não podiam trabalhar para que houvesse genuína cultura literária brasileira, valorizando o “fator diferenciação nacional”, o homem racialmente híbrido e a peculiaridade tropical, e ao mesmo tempo marcar distância das influências europeias que historicamente forneciam argumentos e visão de mundo para que estudiosos brasileiros se formassem e reproduzissem as conquistas, avanços técnicos e culturais europeus. Sobre esse item a figura de Romero é complexa. Ao contrário de Nabuco, um aristocrata, diplomata na Grã-Bretanha, que se enxergava como cosmopolita, o primeiro teria sua cultura adquirida no Recife e no Rio de Janeiro, por isso sua posição *híbrida* também nas ideias.

Em outras palavras, Romero não negava as influências sociais e políticas europeias. Recebia e retrabalhava o positivismo, o naturalismo e o evolucionismo, justamente para deles extrair o que podia ser empregado no Brasil e desprezar o que não servia, mesmo com autores que ele gostava, a exemplo de Gobineau. Do propagandista francês o sergipano admitia o papel transformador da miscigenação e do português como povo lutador, mas se afastava do mestre no que se correspondia ao racismo e ao obrigatório malogro do homem tropical. Examinar um pouco mais Romero é aceitar seu lugar de destaque no campo intelectual brasileiro do início do século XX, junto com Euclides da Cunha e Alberto Torres. É desses autores que se parte para compreensão do Brasil como país em dilema: que tipo de civilização, que progresso, que cultura? Romero escreve:

“Um prolongamento da civilização lusitana, um povo luso-americano, o que importa dizer que este povo, que não exterminou o indígena, encontrado por ele nesta terra e ao qual se associou, que não repeliu de si o negro, a quem comunicou os seus costumes e a sua cultura, predominou, entretanto, pelo justo e poderoso influxo da religião, do direito, da língua, da moral, da política, da indústria, das tradições, das crenças, por todos aqueles invencíveis impulsos e inapagáveis laços que movimentam almas e ajuntam homens” (ROMERO, 1979: 210/11).

Por isso a literatura seria o produto acabado da inteligência nacional. Não se deve entender por literatura apenas a descrição de uma ficção, um relato que deveria obedecer a estilos ou escolas, naturalismo, romantismo ou realismo. A literatura teria, além disso, o papel de revelar o insumo da cultura de um povo, seus valores e sua

concepção de vida. Desse pressuposto se desdobraria e se complementaria as teorias sociais vigentes. A leitura de um romance não demonstraria apenas o estilo adotado pelo autor, mas também o teor de ideias políticas e sociais que davam razão de ser do texto. O enredo da estória e a psicologia das personagens seriam meios de compreender o país e sua sociedade.

O problema de fundo é que para o pensamento social e político da época, segunda metade do século XIX e parte do posterior, só haveria literatura digna de nome em países cuja viabilidade não estivesse em dúvida, Europa Ocidental, se estendendo para a Rússia e, com ressalvas, para os Estados Unidos, menos pela força daquela potência e mais por causa de sua adolescência. Viabilidade quer dizer autonomia política, existência de uma sociedade coesa, industriosa e possuidora de originalidade cultural. Em virtude disso a militância da Escola do Recife, e agregados, seria para descobrir ou constituir a identidade nacional pela qual se formaria uma cultura e a necessidade de sua manutenção. Quer dizer, manter o quadro cultural e exaltar a identidade nacional, como algo original e diferente dos outros membros do sistema internacional, exigiria consciência política e apego a concepções de poder, de diplomacia e geopolítica.

Em linhas gerais, o Brasil deveria reconhecer o ambiente internacional do qual fazia parte e, ao mesmo tempo, procurar demonstrar importância como Estado nacional por meio de seu “capital político-cultural” em face de vários homônimos que estariam fazendo a mesma coisa; consolidar suas posições em um sistema ambíguo que na mesma sintonia guarda momentos para a competição e cooperação comerciais, disputas territoriais, alianças e guerras. Na versão de Haslam seriam elementos inerentes de um sistema internacional que desembocaria na formulada chamada *equilíbrio de poder* que, contrariando o lugar-comum, teria na força militar somente um dos componentes. Junto com o poder bélico haveria competição econômica, preeminência ideológica etc (HASLAM, 2006: 147).

Durante a fase imperial o Brasil projetou imagem de potência estabilizadora na América do Sul. A política exterior de Pedro II fora importante para refrear ambições expansionistas de Buenos Aires, no período Rosas, e manter sobretudo a integridade dos vizinhos menores, Uruguai e Paraguai. Algumas observações opinam que a diplomacia do Império exercia distanciamento relativo no subcontinente para sobressair politicamente sobre as repúblicas. Era o tempo de “isolacionismo” brasileiro que preferia olhar à distância a ter que comungar de temas e questões que não lhes interessavam. O prestígio que pairava sobre o Brasil se devia em grande parte à figura do soberano, o monarca culto e industrioso que recebia solicitações de conselho e de arbitragem para resolver difíceis conflitos na Europa. Uma grande honraria, como relata José Murilo de Carvalho em elogiado livro biográfico sobre o imperador (CARVALHO: 2007: 169).

A contradição residia exatamente nisso. A realidade geopolítica brasileira era aquela da América do Sul, onde o País exercia influência por meio de seus mais notados diplomatas e pela Armada de razoável capacidade de ação. Mas no quesito internacional, da *realpolitik*, o Brasil era neófito em face das grandes potências mundiais e dos ardis nem sempre velados que elas exprimiam para conseguir seus objetivos. Os Estados Unidos haviam partido na frente para se candidatar a potência de primeira linha à medida que penetrava no Caribe e no oceano Pacífico, fazendo valer seu destino manifesto ao tomar Porto Rico, Havaí e pressionar diretamente o Japão e o Chile.

O aquecimento das competições internacionais das grandes potências havia adentrado no América do Sul. Região que havia experimentado alguma calma, tendo apenas a presença britânica durante décadas, agora se vê na expectativa dos Estados Unidos e demais potências. Com o esgotamento de maiores ganhos na África e Ásia podia-se encontrar na América do Sul compensação para equilibrar o jogo na Europa. O alerta sobre o possível perigo de o Brasil ser vitimado por algum imperialismo solto foi dado também por Silvio Romero, cujo temor não era tanto dos Estados Unidos ou da Grã-Bretanha. Ao constatar o avanço colonial alemão pelo mundo, superando antigas potências escreve:

“O *Deutschtum* pelo mundo em fora é uma aspiração ousada, sem dúvida, mas irrealizável no sentido político, ao que se pode supor; no Brasil, infelizmente, para o nosso ponto de vista nacional, ele é uma realidade... Cresce todos os dias e há de chegar, não muito longe, a ser ameaçador. Ninguém se iluda com as blandícias e negativas da diplomacia” (Romero: 1979: 242).

Seguindo o exemplo de Romero, desconfiado das atitudes germânicas na região Sul do Brasil, Alberto Torres torna-se observador arguto da vida política e econômica do País. Nos primeiros anos do século XX ainda se poderia encontrar teorias e opiniões segundo as quais a sorte brasileira estaria hipotecada em virtude de sua mistura de raças. Três correntes que, no fundo, não seriam críveis em mesclas para o aparecimento de um ser positivo e industrioso. O mulato seria então a amostra de uma sociedade que, partindo de sua síntese étnica, não poderia demonstrar elevação moral e intelectual, como os europeus da Europa Ocidental: alemães, britânicos, holandeses e outros povos avançados.

Passando do deslumbramento à crítica dos modelos políticos e econômicos do mundo industrializado, entre 1870 a 1914, do recrudescimento do *neoimperialismo* ocidental à Primeira Guerra Mundial, alguns intelectuais brasileiros tencionavam rever posturas e fazer observações que confirmassem ou legitimassem a viabilidade brasileira como Estado, contando com a participação do povo que tem e sem ter de copiar instituições estrangeiras. A questão é que o argumento racial e cultural era utilizado para ascensão de uns países sobre outros, da penetração das grandes potências na América Latina e Ásia.

Pode ser que na leitura atual da geopolítica não apareçam mais itens relacionados à cultura e raça como integrantes da composição política dos Estados. O próprio conceito de raça é considerado sem valor analítico para a antropologia. Pode ser também que nos assuntos geopolíticos que passaram a se desenvolver a partir dos anos 1930 preferiu-se dar exclusividade a itens “duros”, como a preparação das forças armadas, a extração de riquezas naturais e a qualidade das alianças firmadas entre as potências. Todavia, o argumento racial e cultural foi utilizado na reflexão geopolítica no final do século XIX.

Talvez Ratzel seja ainda o teórico mais plausível para se encontrar esses argumentos. Sendo um pouco *kantiano*, na medida em que acreditava na força das ideias e da razão para fazer com que a cultura pudesse ganhar o mundo, um tipo de cosmopolitismo, o professor de geografia de Berlim, acreditava que os avanços científicos e materiais alemães poderiam ser considerados também patrimônio de outros povos. Inocentemente ou não o autor contribuiu de alguma forma para o expansionismo alemão no além-mar. Se a pátria era tão progressista na conquista dos frutos da civilização por que, então, ela não dividiria ou ajudaria outros povos a adentrarem nesse reino de luz?

Bismarck pode ter aproveitado essa boa-nova para o expansionismo germânico na África e no plano geral do *pangermanismo* a caminho do leste europeu, encostando-se no império russo para proveito do II Reich. Inicialmente, o plano de fundo cultural e civilizacional fora útil para o expansionismo alemão, britânico e belga. Como se fosse um *Cavalo de Tróia*, uma vez instalado no mundo colonial e periférico, o argumento virtuoso deixava de cumprir sua missão, talvez por se esgotar rapidamente, e abrir espaço para o automático sentimento de superioridade racial. Portanto, a preeminência de um país sobre outro cumpriria um dever universal, uma lei natural, que legitimaria a presença agressiva das potências industrializadas sobre aqueles que não estariam no mesmo nível.

Em outro diapasão, valorizar o Brasil no sistema internacional, bem como reconhecer sua importância como Estado soberano, de fato, teria que começar pelo traço mais complexo daquele momento no quesito sociocultural: a miscigenação de povos vistos por atrasados. Fazendo a relação entre cultura, poder e geopolítica (dentro do

aspecto aqui adotado) Torres entra no mérito para explicar por que não aceita a iniciativa norte-americana de *panamericanismo* e de aproveitamento de certa solidariedade continental:

“Sentimentos fictícios e solidariedades sem base, não servem todas essas convenções, senão para acumular, nas relações da vida real, motivos artificiais de ação, de que só podem resultar perturbações políticas. A aspiração de uma unidade internacional americana é uma das formas absurdas desde preconceito. A configuração geográfica da América, em longa faixa longitudinal, é um imperativo de diferenciação, jamais um determinante de unidade” (Torres, 1978: 49).

O movimento com mais afinco do pensamento nacionalista brasileiro ganhou ímpeto na primeira década do século XX. Autores como Torres se empenhavam não apenas na questão de cultura, pregando a originalidade no lugar de copiar fórmulas internacionais, ia além, caminhava para o debate sobre a melhor forma de aproveitamento da agricultura e qual seria o meio apropriado de adaptar a indústria no Brasil. A manufatura deveria cumprir papel salutar para a economia brasileira ou servir de esteio para a exclusiva maximização do capital internacional? Em uma época que não havia sido criada ainda a siderurgia Torres se preocupava com o tipo de tecnologia empregada na usina.

Um dos motivos seria a complexidade tecnológica e modelo operacional importado pelo empreendimento que, no final das contas, resolveria um problema, mas abriria outro, como a dependência do setor nacional à importação de insumos importados, caso do carvão mineral. Embora esses autores estejam relativamente fora do grande debate seus argumentos de alguma forma subsidiaram a política desenvolvimentista a partir dos anos 1930 e, por conseguinte, as posteriores reflexões da clivagem Norte/Sul.

Relação Bibliográfica

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília, Edunb, 1986.
- CARVALHO, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- FERREIRA, Oliveiros. *Crise da Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro, Revan 2001.
- HASLAM, Jonathan. *A Necessidade é a Maior Virtude*. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e outros Opúsculos*. Lisboa, Edições 70, 1995.
- MONTESQUIEU. “O Espírito das Leis”. In *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- ROMERO, Silvio. *Realidades e Ilusões do Brasil: Parlamentarismo, Presidencialismo e Outros Estudos*. Petrópolis, vozes, 1979.
- TORRES, Alberto. *O Problema Nacional Brasileiro*. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1978.
- VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

Resumo

Geralmente os estudos sobre a formação da geopolítica brasileira se concentram nos itens tradicionais da matéria, territorialidade, espaço, recursos econômicos e poder militar. A intenção deste ensaio é analisar até que ponto não seria crível apontar a existência de fatores culturais que também contribuíram para a confecção do moderno pensamento geopolítico nacional, sobretudo nos primeiros anos do século XX.

Abstract

Studies on the formation of Brazilian geopolitics are usually focused on the traditional items of the subject, such as territoriality, space, economic resources and militar power. This essay aims to analyze the cutting point where it would be not believable to identify the existence of cultural factors that would also contribute to build the modern national geopolitics thinking, especially in the first years in the 20th century.

Palavras-Chave: Cultura; Pensamento Social Brasileiro; Intelectuais Brasileiros.

Words-Key: Culture; Brazilian Social Thought; Brazilian Intellectuals.

Recebido em 27/11/2014

Aprovado em 19/12/2014

A participação brasileira na construção da paz em Guiné-Bissau

Brazil's peacebuilding participation in Guinea-Bissau

Clélia Virgínia Santos Piragibe*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 27 a 34]

Os principais problemas enfrentados pela Guiné-Bissau, hoje, são a pobreza extrema, a persistente instabilidade política, a fraqueza e as fissuras nas Forças Armadas e, em anos recentes, a penetração de cartéis de drogas latino-americanos, também em outros estados na região, exacerbando as dificuldades nesses países, com a criação de novas áreas de criminalidade, novos perigos e tensões. A Guiné-Bissau é apenas um país pequeno, vítima desses cartéis e das máfias russas e da União Europeia. Outras cidades são os centros reais da lavagem de dinheiro, onde pode-se ver grande opulência, mansões, prédios luxuosos e carros de luxo, enquanto tudo que se vê nas ruas de Bissau são cabras e vacas. (JOSÉ RAMOS-HORTA, prêmio Nobel da Paz, ex-presidente do Timor Leste, Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Guiné-Bissau)

Introdução

A República da Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África subsaariana, com território (36.126 km²) equivalente ao da Bélgica ou o de Taiwan. A economia do país depende fortemente da agricultura, e suas exportações concentram-se em 90 por cento na castanha do caju (MRE/DPR/DIC, 2013). A renda per capita guineense equivale a menos de dois dólares diários, classificando o país na linha de pobreza extrema definida pela ONU. Adicionalmente, a população de 1,7 milhões de habitantes (WORLD BANK, 2014) tem vivido graves problemas estruturais e instabilidade política constante como ex-colônia portuguesa.

A literatura política e de relações internacionais tem-se valido de conceitos como “estados falidos”, “estados frágeis” ou mesmo “estados colapsados” para caracterizar países com problemas crônicos de governabilidade e instabilidade política, pobreza e falta de proteção a aspectos básicos de cidadania da sua população. Entretanto, como assinalou Noam Chomsky (2007), esses termos são “frustrantemente imprecisos” e de valor analítico limitado, podendo ser aplicados de acordo com as *intenções políticas de outros Estados*.

Neste artigo, iremos discutir as raízes da fragmentação político-social da Guiné-Bissau, a partir do processo mal-sucedido de integração com Cabo Verde, por ocasião da independência. A seguir, detalharemos as características da instável evolução política do país e o papel das instituições internacionais, com ênfase no processo de construção da paz pela Organização das Nações Unidas(ONU), bem como da orientação da política externa brasileira – em suas vertentes bilaterais políticas, econômicas e de segurança –, em contribuir com o esforço de estabilização e desenvolvimento desse jovem Estado africano.

* Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (cpiragibe@hotmail.com).

A Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde

O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criado em 1956, e seu líder Amílcar Cabral tiveram protagonismo na luta dos povos africanos colonizados pelo regime português. Filho de pai cabo-verdiano, e nascido na Guiné, Cabral idealizou o projeto da independência e união das duas colônias, tendo por justificativa possíveis elementos de coesão históricos e consanguíneos: “*por natureza, por história, por geografia, por tendência econômica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde são um só.*”¹

Cabral defendia que a *unidade* – ao reunir diferentes grupos étnicos, com línguas e culturas distintas – em torno da *identidade africana* seria fruto da luta de libertação. Essa luta e a descolonização em sentido amplo se dariam, também, por meio da educação do “povo africano da Guiné e Cabo Verde”. Cabral percebia que aquela união, do ponto de vista estratégico, representaria a criação de um Estado unitário forte dentro da África (FERNANDES, 2007, p. 20).

O líder africano conseguiu angariar apoio para a luta de libertação tanto de países socialistas, como a China, quanto ser recebido pelo Papa Paulo VI no Vaticano. Da mesma maneira, em 1972, discursou na Assembleia Geral da ONU, recebeu título de doutor *honoris causa* da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos, e também da Academia de Ciências da URSS, no mesmo ano, fato bastante incomum durante a Guerra Fria (PEREIRA e VITTORIA, 2012, p. 297).

Formalmente, o Brasil apoiava o princípio da *autodeterminação* definido no âmbito das Nações Unidas, mas de fato não assumia postura firme de condenação ao colonialismo. Isso se aplica, particularmente, ao vínculo com Portugal, em que “laços especiais” ligavam os dois países, refletindo-se no posicionamento brasileiro favorável ao país luso na Assembleia Geral da ONU. A política exterior brasileira até a era Médici (1969-74) apenas tangenciou o processo de descolonização das nações africanas (CERVO e BUENO, 2002, p. 421).

Embora a política externa independente [PEI], no período 1961-1964, promettesse atenção especial à África negra, na prática, as ações restringiram-se a acordos culturais, criação de embaixadas em novos países africanos (Gana, Nigéria, Quênia e Senegal) e estabelecimento de Consulado Honorário em Bissau, em 1961, subordinado ao Consulado Geral de Lisboa. No plenário da ONU, optou-se pela abstenção com respeito às questões angolana e argelina, mantendo-se os compromissos com Portugal.²

Guiné-Bissau foi a primeira colônia portuguesa na África a se autoproclamar independente em 1973. Amílcar Cabral, contudo, tornar-se-ia vítima das contradições internas a seu projeto e de seu desafio às potências dominantes, sendo assassinado na Guiné-Conacri, em janeiro de 1973, por dois membros de seu próprio partido.³ Após a morte de Cabral, a luta armada intensificou-se e a independência foi proclamada unilateralmente em setembro daquele ano. Seu meio-irmão, Luis Cabral, seria nomeado o primeiro presidente do país.

Quando da eclosão da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, o PAIGC já fora reconhecido pela ONU como legítimo representante da Guiné Bissau e Cabo Verde. Em 18 de julho de 1974, o governo Geisel seria o primeiro a reconhecer a República da Guiné-Bissau como país independente, estabelecendo, a seguir, embaixada brasileira em Bissau, com funções cumulativas com Cabo Verde.⁴ (RIZZI, 2012).

Em setembro de 1974, pelo Acordo de Argel, o estado luso aplicava, pela primeira vez, o direito à *autodeterminação*, e o reconhecimento *de jure* da República de Guiné-Bissau. Em 5 de julho de 1975, era

1 CABRAL, Amílcar, PAIGC- Unidade e Luta, p. 92. Apud FERNANDES (2007, p. 23).

2 RODRIGUES(1964, pp. 313-346). Apud CERVO E BUENO (2002).

3 As explicações para a fatalidade foram várias: “tensões no seio do PAIGC entre guineenses e mestiços cabo-verdianos, dissidentes instigados pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado [PIDE] português, ou a serviço de Sekou Touré, presidente da Guiné-Conacri(...)”. FERNANDES, *op. cit.*, p. 35.

4 Naquele momento, 16 embaixadas africanas já funcionavam no Brasil, enquanto 6 embaixadas brasileiras na África acumulavam diversas representações por região. CERVO E BUENO, *op. cit.*

proclamada a independência de Cabo Verde, sob a égide do PAIGC, como partido binacional, dirigente do Estado e da Sociedade em Cabo Verde e na Guiné-Bissau (FERNANDES, 2007, p. 20).

Alcançada a independência binacional, os indicadores econômicos e sociais eram extremamente precários, e os dois Estados dependiam fortemente de importações e da ajuda externa.⁵ Em 1978, estabeleceu-se o *Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica*, que regeu as relações bilaterais até a década de 2000, além da Comissão Mista entre Brasil e Guiné-Bissau.⁶ Em 1980, Luís Cabral foi o primeiro presidente guineense a visitar o Brasil.

Nesse ínterim, a busca de integração entre Bissau e Cabo Verde caminhava a passos lentos. Reflexo ou não da crise ideológica, em novembro de 1980, uma ação militar interna ao próprio partido (intitulada de Movimento Reajustador), liderada por João Bernardo (“Nino”) Vieira, destituiu o governo constitucional de Luís Cabral em Bissau. De acordo com Fernandes (2007, p. 94):

Criou-se um Conselho da Revolução que, se não punha em risco o pensamento de Cabral, ou os fundamentos do partido,(...) discursos como “correr com os colonos” “devolver a identidade nacional aos guineenses”, “segunda libertação nacional” chocaram profundamente os camaradas cabo-verdianos.

O ideal comum da luta contra o colonialismo português, difundido pelo discurso de Cabral parece ter mitigado, por curto período, as mazelas do chamado *colonialismo cabo-verdiano*, que se impregnara no inconsciente do povo bissau-guineense. Nos anos 50, mais de três quartos da administração colonial portuguesa na Guiné eram desempenhadas por cabo-verdianos. Para o “gentio”, como era chamada a população rural do país, o símbolo da exploração colonial estava a eles associado na cobrança de impostos, no trabalho forçado gratuito nos “projetos públicos” ou em castigos por pequenas infrações do código indígena.⁷

A crise política entre os dois países deflagrou a realização do encontro dos presidentes das ex-colônias portuguesas na África⁸ (Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Nessa cúpula, concluiu-se que o golpe de estado – ao colocar em causa a sobrevivência do PAIGC enquanto partido supranacional, e marginalizar o projeto de unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde – atentou contra o prestígio das lutas de libertação. De outra parte, reafirmou-se a não ingerência nos assuntos internos da República da Guiné-Bissau.

Nesse cenário, Cabo Verde criou o *Partido Africano da Independência de Cabo Verde* (PAICV) e, por revisão constitucional, eliminou os vínculos com a Guiné-Bissau, pondo fim ao projeto de unidade. A sigla do PAIGC restou como relíquia para Guiné-Bissau, que realizou, em 1981, a eleição de Nino Vieira para o cargo de Secretário-geral, e reestruturou o PAIGC em moldes nacionais.⁹

Da Instabilidade Política à Guerra Civil em Guiné-Bissau

O autoritarismo do governo de Nino pautava-se por acusações de extermínio de oponentes políticos e dissidentes, contudo, medidas de fomento à produção agrícola e à diversificação da economia bissau-guineense e reformas no âmbito da saúde também foram adotadas, de maneira a implementar o “socialismo africano” (RIZZI, 2012, p. 132). Essas medidas, porém, implicavam na dependência da ajuda externa para gerir déficits financeiros crescentes.

5 Uma primeira missão técnica brasileira foi enviada à Guiné-Bissau, em 1976, sob a liderança do embaixador Ítalo Zappa, e identificou demandas urgentes em educação, agricultura, pecuária, além da necessidade de laboratório de patologia animal e de extensão rural (RIZZI, 2012, p. 123).

6 Ibid., p. 124-125.

7 Ibid., p. 107.

8 Ibid., p. 110.

9 Ibid. p. 112.

Em 1981, iniciava-se a cooperação militar Brasil-Guiné-Bissau, atendendo ao pedido de ajuda à formação de pessoal em estabelecimentos militares brasileiros e de apoio à reorganização e ao reaparelhamento das Forças Armadas guineenses. Em 1983, o presidente Figueiredo tornou-se o primeiro presidente sul-americano a visitar o país, e Bernardo Vieira retribuía o gesto. Os dois presidentes confirmariam a doutrina do Atlântico como área pacífica de intercâmbio e cooperação, antecipando a proposta brasileira de resolução junto à ONU, em 1986, declarando “o Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação”¹⁰.

Em virtude das pressões econômicas exercidas pelos parceiros internacionais e dos apelos a reformas políticas, na onda de democratização pós-Guerra Fria, em 1991, o presidente Nino Vieira (que se manteve no poder por duas décadas) anunciou o início da democratização da Guiné-Bissau. De acordo com a análise de Sangreman et alli (2006, p. 15):

Desses novos partidos, apenas dois (...), não eram resultado de cisões ou dissidências do PAIGC ou criados por antigos militantes ou dirigentes.(...) É um facto que a constituição de varias formações políticas na Guiné-Bissau, desde 1991, foi também caracterizada por conflitos de interesses e várias dissidências, reforçando o argumento da lógica do conflito na história recente desse país.¹¹

Em 1996, ocorria o lançamento da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP), reforçando as relações do Brasil com o mundo lusófono, em particular, com os países africanos de língua portuguesa. De outra parte, a reaproximação com o governo do Senegal permitiu à Guiné-Bissau a exploração conjunta de recursos energéticos comuns e sua inclusão à *União Econômica e Monetária da África Ocidental* (UEMAO) – como único estado-membro não pertencente à francofonia.

O biênio 1998/99 foi de profunda crise política e conseqüente guerra civil, que levou ao fim o governo de Nino Vieira.¹² O confronto armado em Bissau produziu centenas de mortes, um elevado número de deslocados internos e refugiados em países vizinhos, além de ter virtualmente destruído a precária infraestrutura e paralisado a economia nacional.

Uma força de manutenção da paz sob a liderança do Grupo de Monitoramento da Comunidade dos Países do Oeste Africano (ECOMOG)¹³ teve importância estabilizadora por curto período. Em março de 1999, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovaria a criação da *Missão de Apoio à Consolidação da Paz (peacebuilding) em Guiné-Bissau* (UNOGBIS), para “ajudar na criação de ambiente favorável à restauração da paz, além de facilitar a implementação do Acordo de Abuja”.

Instabilidade e Crise da Guiné-Bissau no Início do século XXI

Desde 1998, a Guiné-Bissau elegeu três Presidentes e teve dez Primeiros-Ministros, mas, nenhum dos dirigentes concluiu seu mandato: um foi assassinado, em 2009, e os demais foram depostos pelos militares (UNIOGBIS, 2014). Na origem da instabilidade, destacam-se um sistema político caracterizado pela autoridade quase absoluta do poder executivo, um setor de segurança cada vez mais imiscuído na vida política, e o ambiente

10 Este ato confirmava a política externa do Brasil para a África, com o intuito de conter a África do Sul em criar uma área de segurança regional à semelhança da OTAN (SARAIVA, 2012, p. 46).

11 Apud RIZZI, Camila, *op. cit.*, p. 183-185. Nas eleições legislativas, o PAIGC obteve dois terços das cadeiras, seguido do Movimento Bafatá. No ano seguinte, Nino Vieira seria eleito em segundo turno, com estreita margem sobre o candidato balanta. Manuel da Costa.

12 As causas mais imediatas do conflito armado de 1998 derivaram da deterioração das relações entre Nino Vieira e o seu chefe das forças armadas, General Ansumane Mane. Existiam acusações mútuas de envolvimento com o movimento separatista de Casamansa, no Senegal, e de responsabilidades pelo tráfico ilegal de armas para aquele país.

13 A ECOMOG era um arranjo formal multilateral, pelo qual exércitos de países da África Ocidental, reunidos na CEDEAO, operavam juntos, sob a liderança da Nigéria. A ECOMOG foi sucedida pela missão UNMIL da ONU. RUDEBECK, 2001, p. 12, apud CAVALCANTE, 2013.

de corrupção entre as elites locais. O surgimento da discriminação étnica, em especial nas forças militares, contribuiu, igualmente, para o agravamento das sucessivas crises na Guiné-Bissau.¹⁴

Esforços diplomáticos para a consolidação da paz foram intensificados com a criação de Grupo Consultivo *Ad-Hoc* para a Guiné-Bissau (África do Sul, Brasil, Países Baixos e Portugal, além do próprio país), em 2002, no âmbito do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU. Esse grupo, com estrutura e funcionamento semelhantes ao de outro estabelecido anteriormente para o Haiti, priorizava aspectos do desenvolvimento, na tentativa de aproximá-los das dimensões da paz, segurança e estabilidade, segundo modelo de *peacebuilding* da Organização (CAVALCANTE, 2013, p. 25).

Em 2005, o presidente Lula visitaria a Guiné-Bissau, reiterando o apoio ao país junto aos organismos internacionais e à comunidade de doadores. O Brasil envolveu-se também na reforma do setor de segurança na Guiné-Bissau, em cooperação que se iniciara pela transferência de recursos via Fundo da CPLP.¹⁵ Em 2007, ao retribuir a visita, o presidente Vieira enfatizou os esforços brasileiros na “reparação da imagem externa de Guiné-Bissau”. A dívida do país junto ao Brasil seria perdoada em 2008 (RIZZI, 2012, p. 236).

A recorrente instabilidade política e as denúncias de intensificação do comércio de drogas na Guiné-Bissau levaram à inclusão do país na recém criada Comissão de Construção da Paz (CCP) das Nações Unidas, em 2007. A chamada *Configuração Específica para Guiné-Bissau* converter-se-ia no *locus* intergovernamental para questões relacionadas tanto à consolidação da paz no país, sob a liderança brasileira, quanto ao desenvolvimento.

Nesse meio tempo, ocorreria o assassinato do presidente da Guiné-Bissau, “Nino” Vieira – em seu terceiro mandato – e o do chefe das Forças Armadas, General Tagme Na Waié, por grupo de soldados. O UNOGBIS foi convertido em Escritório Integrado de Consolidação da Paz das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) ainda em 2009 – uma tentativa de aperfeiçoar a coordenação entre agências, fundos e programas das Nações Unidas no país.¹⁶

Malam Bacai Sanhá, herói da guerra de libertação e membro destacado do PAIGC, seria eleito presidente, em julho de 2009, num cenário de relativa normalidade.¹⁷ O curto mandato de Sanhá (ele faleceria, por motivos naturais, ao início de 2012) caracterizou-se como o período mais estável vivido pela Guiné-Bissau, desde a instituição do multipartidarismo, no início da década de 1990 (REGAN e THOMPSON, 2013).

Na LXV Assembleia Geral das Nações Unidas, o então Chanceler Celso Amorim esclarecia o papel do Brasil no processo de estabilização da Guiné-Bissau:

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné-Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade, e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo, no que tange às Forças Armadas (AMORIM, 2010, p. 144)¹⁸.

14 As Forças Armadas são dominadas em 80 por cento por oficiais de etnia Balanta, que embora seja o maior grupo étnico do país (cerca de 30% da população), socialmente caracteriza-se por níveis educacionais mais baixos que os demais, o que torna as promoções e recrutamentos um motivo de frequentes tensões e disputas. O exército e os Balantas, por sua vez, têm relacionamento conflituoso com o partido majoritário, o PAIGC. REGAN e THOMPSON, 2013.

15 A Polícia Federal brasileira apoiou a construção de Centro de Treinamento para Policiais, e oficiais brasileiros – incluindo alguns com experiência no Timor Leste – serviram junto à UNOGBIS. Nas eleições de 2004, missão liderada pelo TRE-MG, prestou auxílio direto ao pleito, inclusive ajudando a elaborar um sistema nacional de registro de nascimento. ABDNUR E SOUZA NETO, 2013, p. 8.

16 O UNIOGBIS é ponto focal das ações da ONU no país, além de apoiar o governo em várias áreas, como a de segurança, e fortalecer as instituições do Estado de Direito. CAVALCANTE, 2013, p. 27.

17 Contudo, diante da insurreição militar ocorrida em abril de 2010, a União Européia, que havia lançado a reforma do setor de segurança, encerrou a iniciativa em protesto, ficando a ECOMOG e a CPLP na missão de somar forças para apoiar a iniciativa.

18 Em 2010, o Brasil gastou cerca de US\$6,3 milhões em projetos de cooperação com a Guiné-Bissau, só inferiores aos recursos alocados a Cabo Verde naquele ano. RIZZI, 2012, p. 267.

Ao final da década, alguns analistas passaram a referir-se à Guiné-Bissau como “narco-Estado”. Admitindo os desafios interpostos pelo comércio de drogas, a diplomacia brasileira opôs-se à proposta do CSNU de impor sanções sobre indivíduos suspeitos de tal envolvimento, argumentando que essa abordagem não favoreceria a resolução dos problemas estruturais da Guiné-Bissau. Adicionalmente, um precedente perigoso seria criado – *impor sanções a países, sob alegação de tráfico de drogas*, tema que, até então, não estava listado como ameaça à paz e à segurança internacionais. Com apoio da África do Sul, Rússia e Indonésia, o Brasil conseguiu retirar o tópico da declaração presidencial do CSNU (UZIEL, 2010).

Apesar dos esforços continuados do UNIOGBIS e da CCP, em abril de 2012, membros das Forças Armadas guineenses tomaram o poder.¹⁹ Como resposta ao golpe, a comunidade internacional suspendeu o apoio à República da Guiné-Bissau, países que tinham projetos de cooperação com o país congelaram as relações bilaterais e a ONU apontou Ramos-Horta como chefe do UNIOGBIS. Horta, que fora presidente do Timor Leste, tinha ampla experiência com a cooperação brasileira em seu próprio país. Coube à missão da ONU (CCP) reforçar a cooperação e a coordenação entre atores nacionais e regionais, como a CPLP, a CEDEAO e a União Africana (UA), voltadas à paz e ao desenvolvimento bissau-guineense.

Conclusões

Nas últimas décadas, instabilidade política, crises de governança, corrupção, denúncias de tráfico de drogas e pauperismo classificaram a Guiné-Bissau como um dos estados mais frágeis da África. O índice de desenvolvimento humano (IDH) da ex-colônia portuguesa é 0,364, colocando-a em 176º lugar internacionalmente. A expectativa de vida é inferior a 50 anos, a mortalidade infantil permanece 40 por cento superior à média africana subsaariana; mais de dois terços da população vive abaixo da linha de pobreza; 38 por cento das crianças entre os 5 e os 14 anos trabalham (EBC Agência Brasil, 2014). A incapacidade do Estado em prover serviços básicos à população agravou-se sobremaneira depois do golpe de 2012.

No levantamento anual realizado pela organização não-governamental norte-americana *Fund for Peace*, divulgado pela revista *Foreign Policy* (2014), a Guiné-Bissau classificou-se em décima sexta posição (entre Síria e Nigéria) de acordo com índice que agrupa os “Estados Frágeis”, consoante com o grau de ameaça que representam quanto à proteção de suas populações. Observe-se que o índice tradicional “Estados Falidos” foi substituído pela ONG, uma vez que a classificação em termos de *fragilidade* destaca mais propriamente o aspecto *humanitário* do sofrimento nesses estados.²⁰

Ao início de 2014, o Brasil foi eleito, por aclamação, para a presidência da CCP da ONU, onde também dirige os trabalhos da Comissão relativos à Guiné-Bissau, dando ênfase à “apropriação nacional e da capacitação de quadros locais para o êxito das políticas de ajuda a países egressos de conflito” (MRE, 29/01/2014). O presidente da CCP, o ex-chanceler embaixador Antonio Patriota, reuniu-se com as organizações da sociedade civil bissau-guineense – fato inédito para o responsável daquela comissão – de maneira a escutar suas preocupações e propostas para a saída da crise.

Nessa oportunidade, as expectativas quanto a influência do Brasil para ajudar Guiné-Bissau a reencontrar a paz foram externados. Em primeiro lugar, a reforma do setor de defesa e segurança, um dos principais responsáveis

19 Após diálogo promovido pela CEDEAO – entre o exército, os partidos políticos e outras partes foi criado um governo de transição em maio de 2012, quando nomeou-se um presidente interino e os militares voltaram ao quartel. Essa proposta foi criticada pelo PAIGC, considerando-a uma legitimação do golpe. REGAN e THOMPSON, 2013.

20 “Alçar ao topo da lista, ou seja, um país tornar-se mais fragilizado ou violento, pode ser rápido, mas o oposto, uma melhora em termos de estabilidade, levando a classificação do país para o fim da lista, é processo lento, podendo levar uma geração.” Depoimento de Krista Hendry, diretor executivo do *The Fund for Peace*, à Revista *Foreign Policy*, 2014.

pela instabilidade vigente, seria prioritária. Em relação ao entorno geoestratégico, o bom relacionamento do Brasil com países de entidades como CEDEAO e CPLP, e mesmo a ONU, poderia influenciar o consenso de soluções duradouras à crise bissalense. Por fim, intermediar a retomada da cooperação como os principais parceiros do desenvolvimento, como UE, FMI e Banco Mundial, na opinião das ONGs locais, revestia-se de grande importância (CONNECTAS, 24/03/2014).

Com a pressão e o apoio da comunidade internacional, novas eleições presidenciais e legislativas foram realizadas, em maio de 2014, na Guiné-Bissau.²¹ A União Europeia, a União Africana, a CPLP e a CEDEAO, além de diversos países, prestaram apoio direto a todo processo.²² Contudo, requer-se que os políticos restaurem a autoridade do Estado, e partilhem o poder político entre diversos blocos, permitindo o início da reconciliação nacional capaz de restaurar a auto-estima dos guineenses.

A Guiné-Bissau apresenta potencial de recursos para diversificar a economia, fortalecer as instituições, avançar a coesão social e melhorar os indicadores sociais. O envolvimento das Nações Unidas e da comunidade internacional, com destaque à participação brasileira, ao longo da última década, tem sido condição necessária para a Guiné-Bissau atingir a *paz sustentável* almejada por aqueles atores.

Referências Bibliográficas

- ABDNUR, Adriana e SOUZA NETO, Danilo (2014). *Rising Powers and The Security-Development Nexus: Brazil's Engagement with Guinea-Bissau*. Journal of Peacebuilding & Development. Vol. 9 (2). Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080>. Acesso em 20/05/2014.
- AMORIM, Celso Luis Nunes (23/09/2010). Discurso na 65ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <http://www.brasil-cs-onu.com/celso-amorim-ministro-das-relacoes-exteriores-do-brasil-na-65%C2%AA-sessao-da-assembleia-geral-da-onu/>. Acesso em: 30 /07/2014.
- BIJOS, Leila e OLIVEIRA, Jackeline (2011). *Estados Falidos*. Revista CEJ. Brasília, Ano XV, n. 54, pp. 61-72, jul/set.
- CAVALCANTE, Fernando (2013). Os reflexos da paz liberal na abordagem das Nações Unidas: a consolidação da paz na Guiné-Bissau. Revista Crítica de Ciências Sociais; n° 102, pp. 21- 37. Disponível em: <http://www.connection.ebscohost.com/c/articles/95570724/>. Acesso em: 05/10/2014.
- CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo (2002). História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora UnB, 525p.
- CHOMSKY, Noam (2007) *Failed States, the Abuse of Power and the Assault on Democracy*. New York: Penguin Books, 311p.
- EBC, Agência Brasil (2014). Brasil colabora com processo eleitoral na Guiné-Bissau. Disponível em: [<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-04/brasil-participa-de-eleicoes-na-guine-bissau>]. Acesso em: 05/05/2014.
- FERNANDES, Antero (2007). *Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação*. Lisboa (tese de mestrado).
- FOREIGN POLICY (2014). FRAGILE STATES INDEX. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/fragile-states-2014#interview>. Acesso em: 06/07/2014.
- MRE/DPR/DIC. Divisão de Inteligência Comercial (2013). GUINÉ-BISSAU.
- GARCIA, Eugênio Vargas (org.). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos (1493-2008)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

21 Segundo o sistema político semi-presidencialista vigente no país, dois representantes do PAIGC foram escolhidos: o presidente José Mário Vaz e o Primeiro-Ministro (Domingos Simões Pereira).

22 A África do Sul custeou materiais de consumo para as eleições, como combustíveis para transporte de urnas e confecção das células, enquanto o Brasil treinou militares responsáveis pela segurança do pleito e missão de técnicos do TRE foi designada para prestar apoio na organização das eleições.

- PANDIÁ CALÓGERAS. *Cooperação, Defesa e Desenvolvimento no Atlântico Sul: O Caso de Guiné-Bissau*. Brasília, Workshop, 28/03/2014.
- PEREIRA, Amílcar e PAOLO, Vittoria (2012). A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 50, pp. 291-311.
- O'REGAN, Davin e THOMPSON, Peter (2013). *Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África*. Washington: Relatório Especial do Centro de Estudos Estratégicos de África. Disponível em: [http://africacenter.org/wp-content/uploads/2013/11/ASR2_POR.pdf]. Acesso em: 06/07/2014.
- RIZZI, Kamilla (2012). *O Grande Brasil e os Pequenos Palop: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)*. Porto Alegre: IFCH/ URGs (tese doutorado).
- RUDEBECK, Lars. "Colapso e reconstrução política na Guiné-Bissau 1998-2000: um estudo de democratização difícil." The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2001. Disponível em: [<http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:275699/FULLTEXT01.pdf>]. Acesso em: 06/07/2014.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- WORLD BANK (2014). Guiné-Bissau Aspectos gerais. Disponível em: [<http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>]. Acesso em 25/08/2014.
- UZIEL, Eduardo (2010). O Conselho de Segurança, as Operações de Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas. Brasília: FUNAG, 242 p.

Sumário

A instabilidade política e jurídica, e a pobreza extrema caracterizam Guiné-Bissau como um dos Estados mais frágeis da África. Neste artigo, discutimos o papel da Configuração da Promoção da Paz das Nações Unidas, onde o Brasil exerce ativa participação, na promoção da estabilidade e do desenvolvimento desse jovem país.

Abstract

The instability of political and legal systems as well as extreme poverty characterize Guinea-Bissau as one of the most fragile African States nowadays. In this paper it is discussed the role of the UN peacebuilding configuration, with an active participation of Brazil, towards stability and development of this young African country.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; construção da paz; Estados frágeis

Keywords: Guinea-Bissau; peacebuilding; Fragile States

*Recebido em 17/11/2014
Aprovado em 18/12/2014*

Os desafios da publicação em acesso aberto na área de humanidades no Brasil: as estratégias de adaptação da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Challenges of Open Access Publishing in the Humanities in Brazil: the adaptation strategies of the Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Antônio Carlos Lessa*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 35 a 45]

Introdução

A discussão sobre o cenário da publicação científica no Brasil atualmente de partir de uma constatação de base: há um número extraordinariamente elevado de revistas científicas em funcionamento no país, em todas as áreas do conhecimento e, em especial, na grande área de humanidades. Ao longo dos últimos cinco anos se observou a multiplicação de publicações científicas, com as mais diversas propostas e linhas editoriais, e especialmente de revistas veiculadas em acesso aberto (ou open access – OA).

Para além dos números impressionantes produzidos pelas publicações OA em geral, é importante que se procure compreender as dinâmicas que favoreceram essa expansão, e como elas moldaram o panorama das publicações científicas no Brasil. Há um grande número de questões relacionadas: o problema do financiamento das publicações, o desafio do estabelecimento e da manutenção de padrões editoriais qualitativamente elevados, a definição de parâmetros de convalidação científica competitivos, as estratégias de internacionalização etc.

A publicação em OA também trouxe desafios para publicações tradicionais, que se viram diante da necessidade de se adaptarem rapidamente a essas novas circunstâncias. As estratégias de adaptação adotadas, os custos envolvidos e os seus benefícios, são questões que ainda estão em desenvolvimento. Neste paper serão debatidos aspectos relacionados com a configuração do cenário atual das publicações científicas da grande área de humanidades no Brasil e em especial o impacto do Acesso Aberto. Mais particularmente, discutiremos as estratégias de adaptação de uma publicação tradicional, a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI, a esse cenário.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB e editor da *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* (alessa@unb.br).

I – O panorama das publicações científicas da grande área de humanidades

Uma das questões mais difíceis de serem respondidas atualmente por quem se interessa pelo cenário das publicações científicas no Brasil é até bem simples: quantas revistas científicas aproximadamente existem no país?

Sabe-se com certeza que há um número extraordinariamente elevado de revistas científicas no Brasil, de todos os tipos, formatos e vocações. O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, agente do ISSN no Brasil, informava em 2010 a existência de 13.141 publicações científicas das mais diversas áreas no Brasil, entre as quais, 3.550 eram da grande área de humanidades.¹ Um número mais exato foi obtido por Sílvio Carvalho Neto, que desenvolveu uma interessante metodologia para se chegar a um número mais realista, cruzando os registros de periódicos brasileiros existentes em importantes bases de dados, serviços de indexação e rankings brasileiros e internacionais.² Nesse sentido, o cruzamento de registros constantes na escala de classificação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Qualis) com dados de outras bases, como Scielo, Latindex, Ulrich's Web, ISI Web of Knowledge, SJR – SCImago, RedAlyc, DOAJ, IBICT, Sumários.org e Associação Brasileira de Editores Científicos – ABEC, permitiu a Carvalho chegar ao universo de 7.700 veículos científicos.³

A perspectiva construída por Carvalho se ampara na avaliação qualitativa desse universo, que é contraposto aos registros constantes na escala Qualis da CAPES, usada como ranking para a valoração da produção intelectual de todos os programas de pós-graduação em funcionamento no Brasil. O argumento é simples: uma revista existe enquanto tal (ou seja, se é minimamente relevante ou ainda se continua existindo) se publica trabalhos de atores (professores, pesquisadores e estudantes) vinculados ao Sistema Nacional de Pós-Graduação, o que é verificado pela CAPES em rodadas trienais de avaliação de todo o conjunto da pós-graduação. Isso posto, excluindo-se os registros dos periódicos que não constam no sistema Qualis e dos que não foram classificados em estratos valorados (do topo – denominados veículos A1 e A2 – aos estratos inferiores – de B1 a B5).⁴ Excluindo-se, pois, as revistas que não possuem registros no Qualis-CAPES e aquelas que foram classificadas como veículos com conceito “C” (igual a peso zero), Carvalho chegou ao número aproximado de 5.300 veículos, de todas as áreas do conhecimento – o que é muito verossímil.

O fato é que há no Brasil um cenário editorial bastante fragmentado e também instigante. Por um lado, verificou-se o crescimento exponencial de publicações que funcionam em Acesso Aberto, o que foi certamente facilitado pela vulgarização de sistemas de publicação de domínio público, como o Open Journal System – OJS (no Brasil há também uma versão localizada desse sistema, denominada Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas – SEER, mantida pelo IBICT), que tornaram muito mais simples e menos custosas a criação e manutenção de um veículo científico, pelo menos no que diz respeito aos custos operacionais relacionados com serviços

1 Dados gentilmente cedidos pelo IBICT ao autor em setembro de 2010.

2 Carvalho Neto, Sílvio. Scientific Serials in the Capes Qualis and the Brazilian OA Journals, PKP Conference, México 2013: <http://pkp.sfu.ca/pkp2013/paper/view/366>. Acesso: 01/05/2014.

3 A CAPES é uma das principais agências de fomento científico do Brasil, mantida pelo governo federal e responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação de todas as áreas do conhecimento.

4 A CAPES conceitua o sistema Qualis do seguinte modo: “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos e anais de eventos. A classificação de periódicos e eventos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade – A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – com peso zero (...). Ver mais em <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/2550-capes-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>. Acesso em: 01/05/2014.

de tecnologia de informação. Existem atualmente no país um bom número de instalações institucionais desses sistemas, que compõem condomínios de publicações, em geral mantidas por Universidades. Ainda citando dados obtidos por Carvalho, existem atualmente 1.453 revistas publicadas no Brasil em instalações do OJS ou da sua versão localizada, o SEER.

E quanto às publicações da grande área de humanidades? Também não existem números precisos acerca desse universo, mas pode-se tomar dois indicadores interessantes para uma tentativa de aproximação. O primeiro deles é o número de periódicos registrados junto ao Directory of Open Access Journals – DOAJ – das 911 revistas brasileiras que ali constam, 56% seriam da área de humanidades.⁵ O número absoluto é incompatível com o universo definido por Carvalho, que estima que 1453 revistas são publicadas com sistemas como o OJS ou o SEER – portanto, nem todas estão registradas no DOAJ. Mas seria a proporção de 56% válida para definir a amostra da área de humanidades?

Um outro indicador, mas que afere também questões qualitativas, é a inclusão na Coleção Scielo Brasil. Com efeito, os critérios de inclusão de periódicos na coleção brasileira são extremamente exigentes, e impõem padrões relacionados com a composição e diversidade dos conselhos editoriais, controle de índices de endogenia, manutenção rigorosa da pontualidade de publicação, proibição de políticas de embargo e outros mais relacionados com as configurações técnicas dos periódicos (que uma revista de segunda linha dificilmente conseguiria atingir). Nesse sentido, a Coleção Scielo Brasil é composta por 279 revistas, das quais 84 (cerca de 30%) são da área de ciências humanas.⁶ A Coleção Scielo se iniciou em 1997 como um projeto que veiculava publicações da área de ciências da saúde, e ao longo dos últimos foi sendo ampliado para comportar séries de todas as áreas do conhecimento. Por isso, é razoável que a maior parte das revistas constantes no Scielo Brasil sejam da área de ciências da saúde (pouco mais de 33% da Coleção) mas, como se vê, em proporção não muito maior do que as revistas de ciências humanas.⁷

O fato é que o crescimento exponencial do número de revistas científicas no Brasil ao longo dos últimos anos pode ser creditado especialmente ao advento do acesso aberto e à vulgarização dos sistemas de publicação, como o OJS e o SEER. O que se verificou, na prática, é que associações científicas e universidades (e dentro delas, especialmente programas de pós-graduação) tem investido pesadamente na criação de revistas científicas em acesso aberto. As comunidades mais profícuas são justamente as da área de humanidades, que caracteristicamente é menos internacionalizada e conectada a redes internacionais de pesquisa, comparativamente com as comunidades das ciências da vida e exatas. Nessas comunidades, a via preferencial para a comunicação da ciência são justamente os periódicos internacionais ou os nacionais intensamente internacionalizados.

As agendas de pesquisa pesam muito para configurar o grau elevado de paroquialismo que caracteriza as disciplinas da área de humanidades especialmente. Em parte, elas são naturalmente focadas em temas de baixo interesse para uma audiência internacional mais ampla, mas pode-se afirmar também que mesmo os circuitos internacionais de divulgação científica não são adequadamente valorizados pelos pesquisadores dessa grande área – os grandes congressos científicos e especialmente as revistas internacionais consolidadas e largamente reputadoras em cada uma das disciplinas. O idioma pode explicar parte desse ensimesmamento – e de fato, a publicação em português não ajuda ao atingimento de uma parcela maior de leitores interessados. Portanto, mesmo que discutível, a explosão no número de revistas em comunidades da área pode ser entendida como uma

5 Dados obtidos em Directory of Open Access Journals – DOAJ, em [Http://www.doaj.org](http://www.doaj.org). Acesso em: 01/11/2014.

6 Dados obtidos em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_subject&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01/11/2014.

7 Grandes projetos como o RedAlyc também tiveram algum impacto na visibilidade das publicações de acesso aberto no país. Mas o grande divisor de águas foi o lançamento e o crescimento do projeto Scielo, que estabeleceu também parâmetros de qualidade e de excelência que tem guiado boa parte das publicações jovens, que procuram o caminho da consolidação pela inclusão na Coleção brasileira.

estratégia de estabelecimento de circuitos diretos de comunicação – diante do desinteresse ou da incapacidade de inserção em circuitos mais amplos.

Por um lado, o treinamento para a ciência passa pelo exercício da publicação científica, pela estímulo à exposição de argumentos, pela iniciação ao debate de alto nível, pela convalidação pelos pares e, por isso, parece ser muito positivo que existam publicações em quantidade e com vocação para suportar o seu crescimento. O advento das publicações em formato digital e em acesso aberto torna isso ainda mais simples e cada vez mais fácil e aparentemente financeiramente menos custoso. Por outro lado, a fragmentação do cenário editorial gera também problemas de certo modo difíceis de serem resolvidos. O primeiro deles são as dificuldades de financiamento. Afinal de contas, as despesas para a criação e a manutenção de uma revista não se resumem apenas à instalação de um sistema de publicação. Os custos constantes, especialmente os relacionados com a produção editorial (secretaria, revisão de textos, diagramação, preparação de originais, e outros cuidados técnicos) são despesas fixas (e em constante elevação) que raramente são considerados no processo decisório de se criar uma revista científica. A consequência direta é o aumento da pressão sobre as agências de fomento, que se vêem às voltas com demandas crescentes para os editais de apoio a publicações.⁸ Isso aponta para a dificuldade de afirmação de padrões de excelência e de consolidação do mercado editorial científico especializado. São produzidos, assim, muitos veículos com qualidade abaixo da desejável, periodicidade irregular e altos níveis de endogenia – e, assim, em pouco tempo, destinados a engrossar os já elevados graus de mortalidade de revistas científicas no Brasil.

O segundo grande problema desse cenário de fragmentação diz respeito às condições de competitividade e de visibilidade internacional das revistas nacionais, que afligem especificamente as publicações consolidadas. As ciências sociais brasileiras, por exemplo, estão há muito consolidadas no nicho de estudos latino-americanos. São raros os trabalhos publicados em revistas nacionais que informam o *mainstream*, que por seu turno permanece alheio ao que se passa ao Sul Global. Para tanto, contribuem as trajetórias de formação e de estruturação dessas comunidades, tanto as do exterior, quanto as nacionais, mas também as suas formas de comunicação científica e os seus veículos.

Como se aventou, o problema do idioma da publicação explica parcialmente as dificuldades de repercussão internacional do conhecimento publicado mesmo em revistas nacionais de alto nível, mas isso não diz tudo. Ao lado do problema da comunicação, persistem os problemas relacionados com as deficiências da profissionalização dos veículos brasileiros (comuns às revistas infantis e às consolidadas de alto nível), e certamente, uma certa timidez, talvez explicada por um espírito pouco empreendedor – e assim, pode se explicar a baixa procura por indexação internacional, estabelecida em processos altamente competitivos e usualmente muito lentos, mas que funcionam também como medidas de exposição e de certo modo, de qualidade.

Uma métrica interessante para se observar adequadamente esse processo pode ser tomada com o número publicações científicas de ciências sociais, por exemplo, que têm fator de impacto, de acordo com os parâmetros do *Journal Citation Reports – JCR*. Mesmo que essa medida seja considerada por parcela crescente da comunidade científica internacional de todas as áreas do conhecimento a cada dia como mais polêmica e contestável, ela é ainda pode ser adequada para mesurar os índices de internacionalização dos veículos nacionais da área de humanidades. No relatório de 2008, apenas 3 revistas brasileiras então elencadas no JCR eram tipicamente de ciências sociais (curiosamente, o JCR lista publicações da área de psiquiatria, por exemplo). Esse número tem crescido sistematicamente, tanto pelo esforço dos próprios veículos, quanto em função dos ajustes a que vem procedendo a Thomson Reuters com relação ao serviço, com a gradual expansão quantitativa de revistas publicadas em países emergentes. O quadro a seguir sistematiza essa evolução:

8 O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, agência de fomento do governo federal, mantém há anos um edital bastante concorrido para o apoio à publicação de periódicos científicos. O CNPq também apóia a manutenção do Scielo Brasil, o que tem efeitos indiretos sobre a diminuição dos custos relativos de funcionamento dos periódicos veiculados na Coleção.

Ano	Número de revistas brasileiras listadas na seção Social Sciences	Número de revistas listadas tipicamente caracterizadas como da área de ciências humanas
2009	10	4
2010	20	8
2011	25	11
2012	23	8
2013	18	9

Fonte: ISI Web of Science, data de acesso: 01/11/2014

Um exame mais sistemático do quadro de citações evidencia os graus elevados de auto-referenciamento na área e do quanto é ela paroquiana: parte expressiva das citações se fazem em publicações brasileiras. Em outras palavras, bem poucas publicações estrangeiras importantes publicam artigos que citam trabalhos veiculados em revistas brasileiras, mesmo aquelas que são percebidas pelas comunidades científicas nacionais como sendo as mais importantes e internacionalizadas da grande área. E, mais uma vez, o fator “idioma” parece ter um peso considerável na determinação de baixos índices de impacto em termos comparativos (tanto no JCR quanto no SJR Scimago). Portanto, para além de terem que cuidar da qualidade intrínseca do que é publicado, as revistas devem também começar a se preocupar mais seriamente com a língua da publicação – e nesse sentido, parece ser inevitável a adoção do inglês como único ou como segundo idioma dessas publicações.

Um outro aspecto que também causa a baixa circulação internacional das grandes revistas nacionais é a falta de cuidado de boa parte das equipes editoriais com algumas medidas simples, e que poderiam amplificar a visibilidade dos seus veículos: referimo-nos especialmente à falta de políticas para a indexação internacional. Com efeito, a internet facilitou não apenas a publicação científica em acesso aberto, mas tornou mais ágeis os processos de candidatura e a inserção das boas revistas nos melhores serviços indexadores, que em geral possuem regras bastante exigentes para a definição dos veículos a serem acompanhados. A concentração do mercado das agregadoras de conteúdo também possibilita que os acervos dessas revistas passem a figurar em bases de dados altamente especializadas e acessíveis para universidades e centros de pesquisa em todos os países do mundo.

Portanto, pelo momento, parece que o destino das publicações científicas da grande área de humanidades é figurar nos segmentos altamente especializados. Não há demérito nessa constatação, mas ela impõe uma necessária adaptação nas estratégias de sobrevivência e de competitividade para as publicações que pretendem aumentar a sua circulação internacional, se considerarmos que esse passa a ser o desafio dos principais veículos brasileiros da grande área de ciências humanas. Acresce que as condições de visibilidade internacional acabam tendo repercussões dramáticas para a performance dos veículos e para a sua capacidade de atrair contribuições cientificamente impactantes, o que tem também o efeito perverso de retroalimentar as dificuldades de visibilidade e de financiamento.

Os elementos acima apresentados têm consequências evidentes para os veículos brasileiros da grande área de humanidades, especialmente daqueles que se encontram nos limites das possibilidades de reconhecimento internacional. Nas seções seguintes será apresentado o perfil da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI, e também se será examinada a estratégia de adaptação a esse novo ambiente e aos novos desafios da publicação científica que foi adotada pelo veículo.

II – RBPI, uma trajetória de meio século

A *Revista Brasileira de Política Internacional* – RBPI é uma das mais tradicionais publicações científicas brasileiras. Foi criada em 1958, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização estabelecida em 1954 como uma das expressões do ambiente de renovação intelectual que o país experimentava naquele momento.

A Revista foi pensada em seus primórdios como um veículo voltado para a repercussão do pensamento brasileiro dedicado a um dos temas centrais da modernização do país: a ampliação dos seus horizontes internacionais e a vinculação dessa dinâmica com o desenvolvimento nacional. Logo nas suas primeiras edições, essa marca se assentou de modo claro: as direções e as oscilações da ação internacional do Brasil, as concepções de ordem internacional, os grandes enfrentamentos entre as potências, a ascensão e a queda dos impérios, e os temas centrais da agenda internacional contemporânea foram sistematicamente acompanhados e criticamente analisados nos seus 56 volumes, publicados ininterruptamente.⁹

A RBPI repercutiu em suas páginas cada um dos momentos cruciais da história nacional, vistos sob a perspectiva dos seus desafios externos. Temas como o lançamento da Operação Pan-Americana pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), os fundamentos da Política Externa Independente (1961-1963), do governo Jânio Quadros, a alternância dos regimes políticos, as relações complexas com os países vizinhos, os rumos da universalização das relações exteriores, os problemas de segurança nacional e as suas conexões com as estratégias de defesa nacional, o destino das relações com os parceiros tradicionais (as relações com os Estados Unidos e com a Europa), a construção de novos relacionamentos, a abertura para a África e para a Ásia, as conexões da agenda externa com a estratégia de desenvolvimento econômico, as mazelas da dependência estrutural, etc. Enfim, a RBPI se formou como o veículo preferencial do grande debate nacional sobre as questões internacionais do Brasil.¹⁰

Do mesmo modo, os grandes temas da política internacional contemporânea foram objeto da atenção dos analistas que encontraram na RBPI o espaço adequado para repercutir as suas pesquisas e reflexões. Comércio internacional, integração econômica, fluxos financeiros internacionais, desenvolvimento científico e tecnológico, meio-ambiente, direitos humanos, Antártida, cooperação internacional, segurança internacional, desarmamento e não-proliferação nuclear, entre tantos outros assuntos, ganharam tratamento pioneiro no Brasil nas páginas da Revista.¹¹

A RBPI manteve, pois, ao longo da sua trajetória, extraordinária coerência com os seus propósitos de fundação, e especialmente, com a decisão das equipes que a dirigiram ao longo da sua existência, de mantê-la como um veículo de debate acadêmico, mas também de formação de uma tradição no modo de ver e pensar Relações Internacionais e os temas da contemporaneidade. Talvez a isso se possa creditar a sua sobrevivência no ambiente acadêmico brasileiro, ao tempo em que muitos outros empreendimentos editoriais importantes das ciências sociais no país não passaram dos seus primeiros números.¹²

9 A propósito, ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Revista Brasileira de Política Internacional: quatro décadas ao serviço da inserção internacional do Brasil*. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. spe, 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300004&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Oct. 2014. doi: 10.1590/S0034-73291998000300004.

10 LESSA, Antônio Carlos. Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 2, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200001&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Oct. 2014. doi: 10.1590/S0034-73292008000200001.

11 LESSA, Antônio Carlos. RBPI: cinquenta anos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 50, n. 2, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200001&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 23 Oct. 2014. doi: 10.1590/S0034-73292007000200001.

12 LESSA, Antônio Carlos; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Editorial – O Ibr e a Revista Brasileira de Política Internacional: tradição, continuidade e renovação. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, June 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Oct. 2014. doi: 10.1590/S0034-73292004000100001.

A trajetória da RBPI pode ser compreendida em três grandes fases:

- de 1958 até 1993: o veículo se faz expressão do pensamento brasileiro aplicado às relações internacionais, de intelectuais, diplomatas e poucos acadêmicos, porque a área de estudo não era contemplada pela Academia. A gestão da revista é feita pelo IBRI, fora da Universidade;
- anos 90: quando da transferência para Brasília do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, a RBPI foi acolhida em 1993 por grupo de pesquisadores da Universidade de Brasília, onde mantém desde então a sua base operacional. Em sua nova sede se deu início ao processo de consolidação do viés científico da revista, justamente no momento em que a área de Relações Internacionais começava a se expandir no Brasil, com o crescimento e a sofisticação da comunidade acadêmica especializada e com o aumento exponencial do número de cursos de graduação na área. A RBPI tornou-se uma revista eminentemente científica, como outras geridas em centros de estudo de primeira linha no mundo. Por outro lado, a abertura internacional do Brasil transformou as relações exteriores do Brasil em objeto de interesse de segmentos novos e diversificados da sociedade, e à essa mudança também a Revista respondeu com a ampliação e a diversificação dos aspectos objeto de análise;
- no século XXI, dá-se continuidade à fase anterior, porém as tecnologias da informação e as modificações dos modelos tradicionais de comunicação científica penetram a gestão da revista, de modo a equipará-la aos veículos de mesmo gênero e padrão de qualidade existentes nos países de grande tradição na área. Esta fase porta, pois, novas demandas e ambições. Fazia-se necessário ampliar a sua visibilidade internacional, aumentar a sua circulação e atender aos crescentemente exigentes critérios das agências de fomento, tanto para a viabilização econômica do veículo, quanto para ascender sistematicamente nas escalas de avaliação e indexação nacionais e internacionais. A Revista passa a ser publicada em acesso aberto a partir de 2007, com a sua inclusão na Coleção Scielo Brasil.

III – As estratégias de adaptação a um ambiente em mudança

Como a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* se adaptou a esse cenário que apresenta questões fundamentais para a gestão de um veículo científico de qualidade? O ambiente das publicações científicas da grande área de Humanidades, já apresentado, se reproduz em escala menor na área de Relações Internacionais. Se estima que existam no Brasil pelo menos 22 revistas científicas tipicamente classificadas como de Relações Internacionais¹³. A esse número se somam outras publicações com viéses multi ou interdisciplinares que tem acolhido bom número de contribuições sobre Relações Internacionais¹⁴.

13 Além da *Revista Brasileira de Política Internacional*, um levantamento não exaustivo nos permite chegar às seguintes publicações: *Austral – Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* (UFRGS); *Boletim de Economia e Política Internacional* (IPEA); *Boletim Conjuntura Internacional* (PUC-Minas); *Boletim Meridiano 47* (IBRI); *Boletim Mundorama* (UnB); *Brazilian Journal of International Relations* (UNESP); *Carta Internacional* (ABRI); *Conjuntura Austral* (UFRGS); *Contexto Internacional* (PUC-Rio); *Estudos Internacionais – Revista de Relações Internacionais* (PUC-Minas); *Global Observatory – International Review of Humanities* (UNAERP); *INFONEIBA – Jornal Informativo do Núcleo de Estudos Brasil-Argentina* (UERJ); *Monções: Revista de Relações Internacionais* (UFGD); *Mural Internacional* (UERJ); *Perspectiva: Reflexões sobre a Temática Internacional* (UFRGS); *Relações Internacionais no Mundo Atual* (Unicuritiba); *Revista de Estudos Internacionais* (UEPB); *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais* (UFPB); *Revista Fronteira* (PUC-Minas); *Revista InterAção* (UFSM); *Revista Tempo do Mundo* (IPEA); *Século XXI – Revista de Relações Internacionais* (ESPM).

14 Entre outras, algumas das mais destacadas são: *Brazilian Political Science Review* (ABCP); *Revista Dados* (IESP-UERJ); *Revista de Sociologia e Política* (UFPR); *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (ANPOCS); *Revista Brasileira de História* (ANPUH); *História* (UNESP).

A superação dos desafios de adaptação a esse ambiente de fragmentação e de escassez de recursos passam pelo equacionamento do financiamento, pelo aumento consistente da visibilidade nacional, pelo incremento da circulação internacional, e especialmente da relevância científica no cenário paroquiano das ciências humanas brasileiras. Uma publicação de corte temático específico, em que coabitam diferentes perspectivas metodológicas (o que de resto, é típico da disciplina Relações Internacionais) como o da RBPI, apesar de largamente consolidada, sofreu por certo tempo com o preconceito de determinadas comunidades científicas. Esse, entretanto, foi percalço menor, que a divulgação adequada do trabalho importante desenvolvido na gestão editorial e na repercussão da Revista vem permitindo contornar.

Foi tendo em conta a realidade do cenário editorial científico brasileiro, e especialmente os horizontes estreitos da área de ciências sociais, que a partir de 2004 se buscou o reposicionamento da RBPI, com a definição de uma estratégia que partiu das seguintes constatações:

- A área é nicho – portanto, a capacidade de escapar dos círculos especializados em estudos latino-americanos é naturalmente limitada, mas isso não é uma fatalidade. É importante aproveitar a especificidade da inserção das ciências sociais brasileiras no cenário científico global para difundir o veículo, mas é fundamental tentar romper esse ciclo, e ensaiar projetos que permitam o aumento da sua visibilidade internacional;
- O idioma não é uma fatalidade – é crucial tentar romper os limites estreitos que são impostos por um idioma sem relevância na ciência mundial, como o português (especialmente na área de Relações Internacionais, que é uma disciplina de origem basicamente anglo-saxônica). Portanto, era fundamental dar início à publicação em língua inglesa, para que a boa ciência publicada na Revista pudesse circular além dos meios iniciados em questões latino-americanas e das comunidades de brasilianistas;
- As inovações tecnológicas na publicação científica, e em especial a vulgarização do acesso aberto, têm repercussões extremamente positivas, uma vez que proporciona o aumento da visibilidade nacional e internacional da Revista, mas também trazem riscos para as suas condições de financiamento, por exemplo. As possibilidades de maior difusão pela internet (em acesso aberto) ou em bases de dados de agregadoras internacionais trazem também novos desafios, como a necessidade de aprimorar os controles de qualidade e de se contornar com criatividade o problema fundamental do idioma;
- O conhecimento publicado é patrimônio – é fundamental pôr em perspectiva a trajetória incomum de uma publicação com quase sessenta anos de existência (trajetória verdadeiramente incomum na grande área de Humanidades no Brasil). Especialmente, é necessário valorizar e difundir o seu acervo bibliográfico e o seu significado para a disciplina de Relações Internacionais no Brasil e na América Latina. Tornou-se fundamental investir no aumento da visibilidade internacional da Revista, e especialmente da sua trajetória científica, para atrair número crescente e melhor qualificado de contribuições, inclusive de autores da área acostumados a publicar em meios acadêmicos mais competitivos.

A estratégia seguida pela equipe da RBPI ao longo dos últimos anos foi basicamente a seguinte:

- A busca de indexação internacional de alto nível, com a candidatura do veículo aos principais serviços indexadores da grande área de humanidades. A Revista foi incluída no JCR e no SJR-Scimago em 2008, e vem se mantendo adequadamente listada. No caso do JCR, especificamente, desde que passou a ser indexada, a publicação vem obtendo o maior fator de impacto entre as revistas brasileiras típicas de ciências humanas. Atualmente a Revista está indexada em 139 serviços nacionais e internacionais, dos quais 23 são serviços internacionais de primeira linha. Do mesmo modo, a partir de 2007, com a inclusão

na Coleção Scielo Brasil e no RedAlyc, se buscou a inclusão da Revista e do seu acervo em importantes bases de dados internacionais, especialmente nos serviços das grandes agregadoras internacionais, a exemplo da EBSCO e da Cengage Gale. Ou seja, a Revista é também acessível em universidades nos cinco continentes e foi a primeira publicação brasileira da área de humanidades a atingir esse nível de difusão. Isso se faz sem prejuízo da manutenção de uma política de acesso aberto irrestrito;

- A inclusão na Coleção Scielo Brasil, em 2007, teve grande impacto para a visibilidade nacional e internacional da publicação. Além disso, o seu acervo desde 1995 foi publicado na Coleção (<http://www.scielo.br/rbpi>), o que garante visibilidade adicional em acesso público e gratuito. Desde então, a equipe editorial tem implementado pioneiramente todas as recomendações feitas pelo Scielo, como também busca se adaptar aos novos desafios da produção editorial, como a adoção da nova linguagem XML introduzida em 2014 para todos os periódicos da Coleção;
- Digitalização e publicação da série histórica (ou seja, de todos os números publicados entre 1958 e 1992), em acesso público e gratuito (veiculados integral e gratuitamente na iniciativa de divulgação científica Mundorama – <http://www.mundorama.net>), constituído pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília;
- A composição de conselhos com profissionais influentes da grande área, de diferentes perspectivas metodológicas e de várias comunidades científicas, que são acionados para as atividades corriqueiras da gestão da política editorial, mas sobretudo para auxiliar na divulgação internacional da Revista;
- A manutenção de uma política de divulgação dinâmica, especialmente nos grandes congressos e eventos internacionais da área, a exemplo dos Congressos da Latin American Studies Association e da International Studies Association, ou em inserções constantes nas principais listas de discussão nacionais e internacionais especializadas;
- Desde 2004, as normas de contribuição foram adaptadas para admitir a publicação de artigos submetidos em língua inglesa, o que levou à ampliação do perfil de potenciais colaboradores. A partir de 2015 a Revista será integralmente publicada em língua inglesa;
- Desde 2010 foram publicadas três edições especiais temáticas inteiramente em língua inglesa, preparadas a partir de chamadas internacionais intensamente divulgadas. Em 2010, foi organizada edição especial sobre a política externa do governo Lula da Silva¹⁵, tendo como editor convidado Amado Luiz Cervo, professor emérito da Universidade de Brasília; em 2012, a edição especial sobre mudança climática e governança global¹⁶ teve como editor convidado Eduardo Viola, professor titular do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e, finalmente, em 2014, Henrique Altemani de Oliveira (diretor do Centro de Estudos sobre o Pacífico e professor da Universidade Estadual da Paraíba) atuou como editor convidado de número especial sobre a inserção internacional da China¹⁷. A prática da realização das edições especiais tem permitido a ampliação consistente do número de contribuições

15 CERVO, Amado L. (Org.); LESSA, Antônio Carlos (Org.). *Emerging Brazil under Lula: an assessment on International Relations (2003-2010): a special issue of Revista Brasileira de Política Internacional*. 1. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2010. v. 1. 240 p. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920100003&lng=en&nrm=iso. Access on 20 Oct. 2014.

16 VIOLA, Eduardo (Org.); LESSA, Antônio Carlos (Org.). *Global climate governance and transition to a low-carbon economy: a special issue of Revista Brasileira de Política Internacional*. Spe. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2012. v. 1. 189 p. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920120003&lng=en&nrm=iso. Access on 20 Oct. 2014.

17 LESSA, Antônio Carlos (Org.); OLIVEIRA, Henrique Altemani de (Org.). *China rising strategies and tactics of China's growing presence in the world: a special issue of Revista Brasileira de Política Internacional*. Spe. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2014. v. 1. 285p. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0034-732920140003&lng=en&nrm=iso. Access on 20 Oct. 2014.

de autores estrangeiros, com o consequente aumento da visibilidade internacional da Revista. Na média dos volumes produzidos entre 2009 e 2014, 30% dos autores de trabalhos publicados são vinculados a instituições não-brasileiras. Ademais, os números especiais, justamente porque publicados integralmente em língua inglesa, e compostos com bom número de contribuições de autores não-brasileiros atingem excelentes níveis de citação internacional;

- Uma política de doações orientada para a manutenção das coleções impressas de importantes centros de referência no Brasil e na América Latina e de todos os principais centros de estudos latino-americanos dos Estados Unidos, Europa e Japão, tem sido implementada desde a transferência da Revista para Brasília, em 1993. Além disso, a RBPI é enviada para os principais pesquisadores brasileiros e para uma seleção de profissionais estrangeiros, que são considerados formadores influentes e em condições de divulgar adequadamente a publicação em suas instituições. A base de cortesias atinge 58 instituições estrangeiras e 27 brasileiras e 150 pesquisadores estrangeiros e 98 brasileiros;
- A intensificação da divulgação nacional e internacional se faz também a partir das novas mídias sociais. Assim, desde 2010 a equipe da Revista tem se dedicado à dinamização dos perfis dedicados da publicação em redes sociais como o Twitter (https://twitter.com/ibri_rbpi), o Facebook (<https://www.facebook.com/ibri.rbpi>) e Google Plus (<https://plus.google.com/+IBRIRBPI>). Nesses perfis são publicadas e repercutidas notícias sobre as atividades relacionadas com a Revista, sobre os artigos e seus autores. Do mesmo modo, tem sido produzidos em grande quantidade materiais de apoio à divulgação das edições e dos artigos, como *press releases*, entrevistas com autores, depoimentos em vídeo, perfis de colaboradores etc, que são veiculados no site do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (entidade que publica a Revista) e disponibilizados para as editorias científicas e de assuntos internacionais dos jornais de grande circulação;
- A busca de um novo modelo de financiamento é o maior desafio que a RBPI enfrenta atualmente. A diminuição progressiva dos recursos provenientes de editais de apoio das agências de fomento, em especial, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, aliada ao aumento consistente dos custos de produção editorial (consequência da sua crescente profissionalização e também da política de internacionalização – como a necessidade de se publicar em língua inglesa), são problemas que afligem a todas as revistas consolidadas no Brasil. Como se sabe, não há no país a cultura consolidada na grande área de Humanidades de pagamento de taxas de submissão ou de publicação – o que, portanto, dificulta a adoção de uma política nesse sentido. A adoção de legislação relacionada com o acesso aberto, estabelecendo o depósito compulsório dos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos em repositórios digitais de livre acesso pode levar à conscientização da comunidade científica da importância estratégica dos veículos publicados em acesso aberto – e fatalmente levará à mudança dessa cultura refratária ao pagamento de taxas de natureza diversa. Outra possibilidade de ação pode ser a articulação com outros importantes periódicos consolidados na área de humanidades para o estabelecimento de uma política conjunta nessa direção.

IV – Conclusão

O Brasil é o país da América Latina em que a publicação em acesso aberto experimentou a maior expansão em termos relativos. Do mesmo modo que essa mudança de paradigmas na publicação e na comunicação científica tem impactos muito positivos, também traz muitos novos desafios para a comunidade científica brasileira em geral.

Porquanto o acesso aberto permitiu a expansão sem igual do número de revistas, e o estabelecimento de novos espaços para o treinamento para a ciência, provocou também uma fragmentação excessiva do cenário

das publicações científicas nacionais. Os desafios relacionados com a profissionalização, o financiamento e a internacionalização permanecem como os mais importantes na caracterização desse novo ambiente no Brasil.

A conversão de revistas tradicionais e consolidadas ao acesso aberto, como é o caso da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI, nunca se faz sem percalços e sem escolhas por vezes difíceis (como a do abandono do formato impresso), mas é possível fazer um balanço essencialmente positivo. Os ganhos certamente estão relacionados com o aumento dramático da exposição nacional e especialmente internacional do veículo, o que pode ser ainda maior com a adoção de uma estratégia ativa de profissionalização e de internacionalização.

Os desafios para uma revista como a RBPI estão sempre relacionados com as limitações de financiamento e com os custos crescentes que são consequência da adoção de medidas como a publicação em língua inglesa, por exemplo. Nesse sentido seria urgente a ação concertada das comunidades científicas, com o apoio das agências de fomento, para redefinir parâmetros de excelência e de competitividade e estimular em novas bases a internacionalização dos seus veículos consolidados.

Resumo

A Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI é uma das mais tradicionais publicações científicas da grande área de humanidades publicada no Brasil, tendo sido fundada em 1958 pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. É considerada a mais influente revista sobre Relações Internacionais do país e uma das mais lidas na América Latina. Desde 2007 a Revista é publicada em acesso aberto na Coleção Scielo Brasil. Este paper tem por objetivo discutir os desafios da publicação em acesso aberto na área de humanidades no Brasil, e discutir a experiência de adaptação da Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI a esse novo ambiente.

Abstract

This paper will discuss the challenges of Open Access publishing in the area of the Humanities in Latin America, using the Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), which was founded in 1958 by the Instituto Brasileiro de Relações Internacionais and which constitutes the most influential Brazilian publication on International Relations and a leading publication on the subject in Latin America, as a case study. This paper will explain how the RBPI, which has been OA since 2007, has adapted to this new scholarly environment.

Palavras-chave: Revista Brasileira de Política Internacional, Acesso aberto, revistas científicas no Brasil

Key-words: Revista Brasileira de Política Internacional, Open Access, scientific journals in Brazil

*Recebido em 01/09/2014
Aprovado em 18/12/2014*

Da África do Norte para a África Subsaariana – Grupos radicais islâmicos no Mali e na Nigéria

From North Africa to sub-Saharan Africa – radical Islamic groups in Mali and Nigeria

Pio Penna Filho*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 146, nov.-dez. 2014 [p. 46 a 52]

Introdução

Desde o final dos anos 1990 muitos países africanos apresentam taxas de crescimento significativas. Isso só foi possível pela estabilização política conquistada desde o fim das terríveis guerras civis ocorridas durante a primeira década do pós-Guerra Fria e que, de uma forma muito incisiva, acabaram estigmatizando o continente como um todo. Contudo, a estabilização política alcançada por muitos Estados africanos não resultou no fim dos conflitos em todas as regiões desse vasto continente. Alguns países permaneceram em situação de crise e outros conflitos surgiram, mas de natureza diversa daquela experimentada ao longo dos anos 1990.

Nesse sentido, o principal objetivo deste artigo é discutir o transbordamento e a permanência de alguns movimentos radicais islâmicos que, gradativamente, passaram a atuar em áreas limítrofes entre a África do Norte e a África subsaariana, especialmente em dois países, o Mali e a Nigéria. Busca-se, também, abordar, mesmo que de forma superficial, os impactos que tais movimentos causam para as relações internacionais desses países, colocando o dilema da intervenção estrangeira, no caso do Mali, ou das respostas governamentais, no caso da Nigéria, para a solução dos conflitos.

Movimentos Radicais Islâmicos – Mali e Nigéria

O surgimento e a permanência de movimentos radicais islâmicos em alguns países africanos são novas ameaças à ordem e à segurança dos Estados, a exemplo do crescimento das atividades do crime organizado, tráfico de drogas e insegurança marítima em algumas importantes zonas costeiras do continente.

O radicalismo islâmico na África ainda está concentrado em algumas regiões e países, mas conta com potencial para se alastrar ou fazer sentir diretamente os seus efeitos em outras regiões. Ele se faz presente em países do Norte da África e em alguns Estados da zona limítrofe entre essa região e a África subsaariana, nomeadamente e com mais intensidade, nos seguintes países: Argélia, Líbia, Egito, Mauritânia, Sudão (Darfur), Chade, Nigéria, República Centro Africana e Somália.

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília – iREL-UnB e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (piopenna@gmail.com).

O radicalismo islâmico está, na maioria dos casos, estreitamente associado ao terrorismo, uma vez que ocorre uma violenta campanha quase indiscriminada entre alvos civis e militares, imputando grande sofrimento às populações. Seus militantes geralmente são aguerridos e se comportam com uma motivação extrema, agindo de maneira impiedosa ao seguir os preceitos religiosos nos quais depositam sua mais profunda crença. Outra característica importante para o caso africano (mas não só para esse caso) é que os grupos tem atuado de forma transnacional, ou seja, os seus militantes não se limitam a cidadãos do país no qual acontece a ação. Via de regra, os diversos grupos radicais contam em suas fileiras com pessoas proveniente de diversos países, sendo que os seus objetivos raramente se limitam ao espaço geográfico de um determinado Estado.

A seguir será realizada uma análise pontual dos casos do Mali e da Nigéria, dois países que passam por severos conflitos que tem em sua raiz o fator do radicalismo religioso.

O Caso do Mali

A questão do Mali ilustra bem o avanço do radicalismo islâmico em direção à África subsaariana e os novos desafios impostos pelo proselitismo religioso da chamada *jihad islâmica* . Esse episódio será discutido de maneira mais detalhada a seguir.

A intervenção francesa no Mali no primeiro semestre de 2014, que teve grande repercussão internacional, envolve também outros estados europeus que lhe deram apoio político e logístico, entretanto, a iniciativa é, antes de tudo, francesa. Mas o que quer a França no Mali? Por que os franceses promoveram uma nova intervenção militar na África? Seriam os rebeldes do Mali, de fato, uma ameaça para a segurança da Europa como afirmou no início de 2014 a chanceler alemã Angela Merkel? Quais as intenções dos insurgentes do Mali? Para entender o conflito no Mali é preciso voltar as atenções para as questões envolvendo o *Jihadismo* na África e os interesses da França no país e na África, além, é claro, de observar o comportamento norte-americano diante do desafio do “terrorismo global”.

Incapaz de controlar e impor a ordem no seu território, o governo do Mali foi buscar apoio externo para conter o avanço dos insurgentes vindos do norte. Vale lembrar que o país passou por um golpe militar em março de 2012, justificado pelos seus perpetradores justamente pela fraqueza demonstrada pelas autoridades diante da atuação de grupos armados, uma vez que, segundo os militares golpistas, o governo não apresentava disposição para o combate e deixou o Exército desamparado e sem condições de fazer frente às investidas dos insurgentes, o que fragilizou ainda mais a precária estrutura governamental.

O Mali vive um clima de conflito em seu extremo norte desde a década de 1990, quando populações tuaregs se revoltaram e desencadearam operações militares contra o poder central. Mas o conflito de 2013/14, com o avanço de grupos *jihadistas* em direção à capital, possui uma conotação diferenciada e marca um novo momento no conturbado contexto político do país.

Outro agravante que colocou ainda mais combustível na fogueira política do Mali foi o retorno de mercenários vindos da Líbia após a queda de Muammar Khadafi. Grande parte deles acabou se juntando aos grupos rebeldes que atuam no norte, com o detalhe que retornaram bem armados e municiados com as “sobras” da campanha na Líbia. Esse aspecto foi decisivo para dar a conformação atual aos insurgentes, com os *jihadistas* tomando a frente da oposição armada.

Antes da ascensão do jihadismo no norte do país, que é predominantemente muçulmano (cerca de 90% da sua população professa o Islã), o principal grupo que contestava o governo central era o Movimento Nacional para a Liberação da Azawad (MNLA), um movimento notadamente de caráter étnico vinculado ao grupo Tuareg. No caso do MNLA o objetivo é essencialmente político, haja vista que intentam separar a região habitada pelo

grupo Tuareg ou, alternativamente, conquistar um alto grau de autonomia frente a Bamaco. O argumento dos tuaregs é que conformam um grupo cultural e étnico específico e que o governo central historicamente deu muito pouca atenção para a região. Enfim, utilizam o argumento do direito à autodeterminação. De toda forma, o MNLA praticamente saiu de cena, pelo menos por ora, uma vez que foi derrotado em confrontos violentos com os jihadistas do MUJAO em meados de 2012.

Mas o que despertou mais a atenção internacional para o país foi a presença crescente de militantes islâmicos radicais atuando no sul da Argélia e no norte do Mali, e nem tanto a atuação do MNLA. Dentre os fundamentalistas se destacam o Ansar Dine e o Movimento pela Unidade e Jihad no Oeste da África (MUJAO). Um aspecto preocupante é que esses grupos *jihadistas* estão intensificando suas operações na África subsaariana e uma das consequências mais imediatas é a desestabilização política da região, com considerável potencial de crescimento e, naturalmente, acabam se revelando uma ameaça concreta aos interesses Ocidentais, sobretudo franceses, em toda a região. No norte Nigéria, por exemplo, se verifica a atuação de grupos semelhantes com objetivos fundamentalistas. Todavia, é preciso destacar que não há, pelo menos por enquanto, nenhuma aliança entre os grupos atuantes nessa região, a não ser o fato de que alguns são considerados afins à chamada rede Al Qaeda, o que no fundo é até questionável.

O Ansar Dine (Defensores da Fé) surgiu no primeiro semestre de 2012 e sua principal liderança, Iyad Ag Ghaly, foi um quadro ativo do MNLA (BBC, 2013). Em abril de 2012 começou a ganhar notoriedade internacional quando tomou a cidade de Timbuktu e anunciou a promoção da *Jihad* contra os oponentes da Sharia. Além disso, seus militantes começaram a destruir monumentos históricos importantes, além de impor a severa lei islâmica (na interpretação da Sharia) às populações sob seu controle, o que causou um grande temor entre muitos habitantes que não tiveram muita escolha a não ser tentar se evadir dessas áreas. Aliás, o objetivo principal do Ansar Dine é justamente impor a Sharia ao Mali e repelir a influência Ocidental sobre o país, nesse caso, predominantemente francesa.

O MUJAO é um dos grupos *jihadistas* mais ativos no Mali. Sua estreia ocorreu em dezembro de 2011 e o seu objetivo é lançar a *Jihad* em toda a África Ocidental, portanto, não se restringindo apenas ao Mali, um dos aspectos que o distingue do Ansar Dine (BBC, 2013). Além do Mali, o MUJAO está em plena atividade também no sul da Argélia. O grupo conta com apoio internacional e suas forças multinacionais revelam o caráter internacionalista dos grupos *jihadistas*. Assim, estão presentes em seus quadros militantes do Mali, Somália, Costa do Marfim, Senegal, Gana, Gâmbia, Mauritânia, Argélia, Guiné e Níger.

É de se notar que nenhum desses grupos prega uma *Jihad* global ou uma ação específica contra o Ocidente. Seus objetivos professados são todos locais, ou seja, limitam-se ao Mali e à região da África Ocidental. Ao passo que o MNLA segue uma lógica político-separatista, os fundamentalistas são movidos pelo sentimento da fé islâmica mais ortodoxa, num contexto em que a grande maioria da população previamente segue o Islã. Mas é fundamental não perder de vista na análise o fato de que todos eles se insurgem contra governantes não afeitos ao diálogo e a concessões políticas, tendo como pano de fundo um país que conta com uma estrutura econômica precária, no qual o Estado não consegue atender minimamente as intensas demandas sociais de sua população, principalmente as parcelas que vivem mais afastadas da capital ou dos centros econômicos mais ativos.

A Resposta Internacional – A Intervenção da França

No caso do Mali, com esses grupos estabilizados e controlando a maior parte do território do país e sem nenhuma perspectiva de vitória das forças governamentais, a França decidiu colocar sua máquina de guerra para funcionar. Para tanto, buscou apoio político entre os seus parceiros europeus, além dos Estados Unidos, e também

assegurou que a intervenção fosse legitimada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. As considerações regionais, ou seja, o envolvimento direto dos africanos para a solução do conflito ficou em segundo plano, pelo menos na perspectiva francesa. Apenas após iniciada a ofensiva militar os franceses se preocuparam, de fato, em desencadear iniciativas diplomáticas para que os países africanos, principalmente os vinculados à Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) se comprometessem efetivamente com o envio de tropas, medida considerada por Paris como de grande importância para dar uma feição “africana” à intervenção.

A questão é que os Estados africanos relutam em intervir em conflitos internos porque essas intervenções tem preço elevado, tanto na perspectiva política como militar. Não é uma tarefa simples estabilizar um país com fraturas sociais e religiosas tão profundas e isso é levado em conta no cálculo da decisão política pela intervenção, por mais que algumas potências estrangeiras queiram que isso aconteça.

Tão logo os franceses anunciaram o seu engajamento militar direto, vários países europeus anunciaram apoio logístico para a intervenção, disponibilizando aviões e outros tipos de suporte (European Affairs, 2013). De toda forma, o mais importante foi, sem dúvida, o apoio político, haja vista que a rigor a França não necessita desse tipo de ajuda para levar adiante as operações militares no Mali.

Os franceses dispõem de bases militares minimamente equipadas e com pessoal experiente na África, sem contar que já estão razoavelmente acostumados a entrar em ação em países africanos, portanto, puderam se mobilizar rapidamente. Ademais, nenhum outro país Ocidental se mostrou disposto a se envolver diretamente no conflito no Mali, sobretudo porque pelas suas características seria necessário, justamente como ocorreu, o emprego do poder aéreo associado a uma investida terrestre, uma vez que o emprego isolado do poder aéreo não seria capaz de trazer resultados práticos.

Não é à toa que muitos analistas observaram que os problemas franceses tenderiam a se agravar rapidamente. Isso porque é muito difícil imaginar uma vitória rápida sobre os *jihadistas*, seja em que cenário for, e que deliberadamente evitam o embate direto com as tropas superiores, recuando e se escondendo para depois se reagrupar em unidades menores ou mesmo deslocar sua atuação para outras áreas. Ou seja, esse tipo de guerra implica numa custosa ocupação efetiva de vasto território por um tempo indeterminado, presumivelmente longo.

Uma parte da explicação para a intervenção francesa no Mali é que a França, como ex-potência colonial, mesmo após o processo de descolonização, continuou mantendo a maior parte das suas ex-colônias como zonas de influência. Ou seja, os franceses não se retiraram totalmente da África e mantiveram uma política muito ativa para a maior parte das ex-colônias, inclusive mantendo bases militares em diversos países e interferindo regularmente nos assuntos internos desses países.

Curioso é observar que há um elevado grau de apoio na sociedade francesa com relação a política africana da França. As intervenções e a permanência de bases militares na África são vistos com certa naturalidade, embora seja a França o único país a se comportar dessa maneira. Assim, sucessivos governos mantêm um padrão muito semelhante quando o assunto é África, independente se possuem uma conotação de “esquerda” ou de “direita”.

A França teve, ao longo das últimas décadas, um comportamento político deplorável no seu relacionamento com a África. Não é à toa que muitos ex-ditadores africanos buscaram, em algum momento, refúgio na França, seja para si e os seus familiares, seja para os seus bens (“naturalmente” adquiridos de forma ilícita, às expensas das populações africanas). Ademais, é sempre bom lembrar que no caso do genocídio em Ruanda, ocorrido em 1994, os franceses dispunham de tropas no país e acabaram ficando ao lado dos genocidas, um fato que arranha profundamente a imagem de um país que se considera portador de valores morais e civilizacionais superiores. Muitos líderes africanos, por sua vez, tem a sua parcela de culpa nessa relação, haja vista que a maior parte das ingerências francesas aconteceu – e continua acontecendo – com o beneplácito desses dirigentes, que veem na ex-metrópole a forma mais segura e garantida de manterem-se no poder.

O padrão do relacionamento da França com a África sugere que a afirmação do país como uma potência mundial passa pela permanente tutela dos estados francófonos africanos. Além disso, existem também os interesses materiais, embora esses, por si sós, não expliquem as características especiais da política africana francesa. Mas é sempre bom ressaltar que a exploração dos recursos naturais de algumas das antigas colônias permaneceu sendo uma atividade quase exclusiva de empresas francesas, como a mineração de urânio e outros minerais estratégicos.

É de se notar também uma contradição no discurso francês com relação a África. Recentemente, o presidente da França, François Hollande, chegou a afirmar que o seu governo estava decidido a mudar a tradicional política intervencionista nos países africanos. Sua declaração foi feita quando o presidente da República Centro Africana solicitou apoio militar francês para conter o avanço de grupos insurgentes, que estão bem próximos de Bangui, a capital do país. Embora a França disponha de tropas na capital, Paris anunciou que não iria se envolver diretamente, o que acabou de certa forma forçando os países africanos aliados ao governo da República Centro Africana a agirem, principalmente o Chade.

O grande problema do Mali e de tantos outros países africanos reside na pobreza generalizada e na falta de um poder público que alcance a população. Não é à toa que as revoltas frequentemente surgem na periferia dos Estados, justamente nas áreas mais abandonadas. Enquanto o problema do desenvolvimento e da inclusão social não forem enfrentados, as esperanças são poucas. Não há solução estritamente militar para a maior parte dos conflitos africanos e o fundamentalismo religioso surge como um elemento complicador a mais em contextos de instabilidade crônica.

O Caso da Nigéria: O Boko Haram

Em maio de 2015, numa ação ousada e malsucedida em termos de projeção de imagem, um dos grupos fundamentalistas mais ativos de toda a África subsaariana, o Boko Haram, sequestrou quase trezentas meninas nigerianas no norte do país. O grupo alegou que iria “vender” a maior parte das meninas e que o restante seria tratado como escravas sexuais ou deveriam se casar com seus membros. Essa ação foi mais uma na mais recente escalada do fundamentalismo islâmico na Nigéria, o país mais populoso da África.

O Boko Haram é um grupo terrorista surgido na Nigéria por volta de 2002, quando iniciou ações violentas contra alvos militares e não-militares. Estima-se que o grupo já matou milhares de pessoas e fez com que um número muito maior se viu obrigado a se deslocar de suas regiões de origem em busca de segurança em outras partes do país ou mesmo a buscar refúgio no exterior. Sua liderança parte da premissa de que é necessário impor aos países africanos a sharia, ou lei islâmica, não limitando os seus objetivos especificamente à Nigéria. São totalmente contra os princípios Ocidentais (o termo “Ocidentais”, nesse sentido, vincula-se aos seguintes valores: cristianismo, Estado laico, democracia, liberalismo e sociedade consumista), sendo que a expressão “boko haram” significa “a educação não islâmica é pecado”.

A partir dessa ideia, escolheram como forma de luta o terror contra populações civis, que se tornaram o alvo principal de suas ações. Assassinatos, sequestros, estupros e atentados a bomba são os métodos mais utilizados pelo grupo. Mas não apenas os civis são alvos da ação do Boko Haram. O grupo já atacou instalações policiais, instituições públicas e políticos.

A reação do governo nigeriano tem se demonstrado ineficaz para erradicar o grupo ou mesmo para limitar suas ações. As forças de segurança nigerianas já se confrontaram diversas vezes com o Boko Haram tendo, inclusive, eliminado o líder do grupo em 2009. Mas a falta de continuidade na repressão sistemática ao grupo permitiu sua recomposição e uma escalada em suas ações violentas.

O Boko Haram não é um grupo insurgente qualquer. Seus militantes são dedicados a uma causa impossível de ser alcançada e, mesmo assim, demonstram fidelidade incomum aos ideais radicais que pregam e aos seus líderes. Da mesma forma, seus métodos são ultraviolentos e estão longe de obter apoio popular para a causa, que não parece ser observada como uma política a ser perseguida para atingir o objetivo final.

É importante, nesse sentido, observar que o Boko Haram não conta com apoio da maior parte da população das regiões onde atua, mesmo considerando que são regiões predominantemente muçulmanas. Sua base de apoio principal vem de outros grupos radicais, dentro e fora da África.

Entretanto, é preciso considerar que a estrutura política, econômica e social nigeriana acaba favorecendo a insurgência de grupos como o Boko Haram. Isto porque o país, apesar de contar com um Produto Interno Bruto expressivo e ser um grande produtor de petróleo, além de possuir uma economia diversificada, principalmente quando comparada a outros países africanos, apresenta um quadro generalizado de corrupção, desigualdade social e disparidades regionais expressivas. O fator étnico, embora não decisivo, e o religioso, ajudam a compor a complexidade do quadro local., haja vista que existe no país uma divisão regional em termos de crença religiosa, com a maioria da população na região Norte e Nordeste professando o islã.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração para o caso nigeriano está relacionado com as influências externas. Com efeito, a ação de movimentos jihadistas no Norte da África e mesmo em partes do mundo muçulmano, acabaram por influenciar que radicais islâmicos entrassem em atuação nas regiões predominantemente muçulmanas da Nigéria, o que redundou em alguns vínculos com outros grupos. Para o presidente francês François Hollande, por exemplo, existem elos entre o Boko Haram e outros movimentos como o grupo *Al-Qaida in the Magreb* (AQIM). Ainda segundo Hollande, o Boko Haram é uma “ameaça para toda a África Ocidental, assim como para a África Central”. (HAARETZ, 2014)

Para erradicar o Boko Haram certamente o governo da Nigéria deverá contar com apoio externo. Com o sequestro das meninas nigerianas o Boko Haram facilitou, e muito, o caminho para que o governo nigeriano tome atitudes mais firmes para reprimir o grupo. A comoção internacional em torno desse sequestro e os assombrosos relatos das meninas que conseguiram fugir realçam a necessidade de uma ação firme e decidida no combate ao terrorismo no norte da Nigéria.

Naturalmente não será uma missão fácil, mas o fato é que o governo da Nigéria precisa lidar de maneira mais efetiva contra o Boko Haram e seus associados. Já está provado que não há negociação política aceitável pelos terroristas islâmicos que atuam no país e a única saída é o banimento desse grupo. É muito difícil pensar numa solução negociada que permita a reinserção social dos militantes islâmicos do Boko Haram.

A Nigéria é um país bem estruturado para os padrões africanos e possui recursos suficientes para que o Estado consiga se impor sobre grupos radicais como esse. O que falta é basicamente decisão política e apoio externo, sem a necessidade de uma intervenção direta, como ocorreu no caso do Mali. Aparentemente ambos estão agora mais do que disponíveis para o governo, ou seja, tanto a decisão política interna como o apoio externo, mas pelo visto ainda levará um bom tempo até que o Boko Haram seja derrotado e deponha as armas.

Considerações finais

Os casos analisados neste artigo demonstram que grupos fundamentalistas islâmicos atuam nas zonas mais longínquas de expansão islâmica em parte da África Ocidental e nas áreas próximas à zona de transição entre o Norte da África e a África subsaariana. Há uma clara influência dos movimentos islâmicos do Magreb nessa região e sua presença e persistência parecem indicar que esses países africanos ainda terão que conviver com essa realidade durante muitos anos.

Outra conclusão que se pode chegar é que dificilmente os Estados africanos afetados pela presença de radicais islâmicos conseguirão debelar esses movimentos sem ajuda externa. Nos casos estudados, um Estado frágil, o Mali, recebeu uma intervenção externa direta para impedir a tomada do poder pelos insurgentes e o outro, mais bem consolidado, a Nigéria, não conseguiu, pelo menos por enquanto, apesar de alguma ajuda externa, vencer ou controlar as ações do Boko Haram.

Por fim, é razoável salientar que a característica fundamentalista religiosa desses grupos é, de fato, uma ameaça para toda a região onde atuam. Seus objetivos são políticos, mas eles colocam a religião num plano superior e querem governar não um país, mas sim conduzir a vida dos fieis de acordo com suas crenças religiosas.

Referências

- BBC – Mali crisis: Key players. <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130114_franca_mali_hollande_ac.shtml>. Acesso em: 25 de novembro de 2014.
- EUROPEAN AFFAIRS, 2013. Eu debate over French support in Mali heats up. <<http://www.euronews.com/2013/01/15/eu-debate-over-french-support-in-mali-heats-up/>>. Acesso em 23 de outubro de 2014.
- HAARETZ, 2014. France, African states ‘declare war’ on Boko Haram. <<http://www.haaretz.com/news/world/1.591226>>. Acesso em: 23 de outubro de 2014.

Resumo

O artigo discute o transbordamento de alguns movimentos radicais islâmicos que atuam em áreas limítrofes entre a África do Norte e a África subsaariana, especialmente em dois países, o Mali e a Nigéria. Analisa os impactos que tais movimentos causam para as relações internacionais desses países, colocando o dilema da intervenção estrangeira, no caso do Mali, ou das respostas governamentais, no caso da Nigéria.

Abstract

The aim of this article is to discuss the action of some radical Islamist movements that began operating in border areas between North Africa and sub-Saharan Africa, especially in two countries, Mali and Nigeria. The article analyzes the impacts that such movements cause for the international relations of these countries, putting the dilemma of foreign intervention in the case of Mali, or government responses in the case of Nigeria.

Palavras-chave: África; Terrorismo; Fundamentalismo Islâmico

Key words: Africa; Terrorism; Islamic Fundamentalism

*Recebido em 10/11/2014
Aprovado em 23/12/2014*

Resenha

A Conferência de Viena e a Internacionalização dos Direitos Humanos¹

Emerson Maione de Souza*

O livro apresenta uma detalhada análise da II Conferência Mundial dos Direitos Humanos, a Conferência de Viena, de 1993, situando-a como importante ponto de inflexão para os direitos humanos internacionais. Com o objetivo de proceder a uma nova avaliação global do tema dos direitos humanos, no sentido de aperfeiçoar e fortalecer a proteção internacional desses direitos, a Conferência de Viena destacou como principais temas a ser tratado: a universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos, o problema da violação dos direitos humanos, a vinculação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento (o chamado 3Ds, tema pelo qual a Conferência é mais lembrada), a erradicação da pobreza e da exclusão social, a necessidade de maior coordenação e a retirada de reservas aos tratados de direitos humanos.

O principal questionamento que move a investigação é sobre “o lugar da Conferência de Viena no desenvolvimento dos direitos humanos, bem como em seus possíveis impactos para o processo de legitimação e efetivação dos direitos humanos no sistema internacional” (p. 75). Para contextualizar a discussão, Hernandez traça os antecedentes históricos desta conferência a partir do pós-Segunda Guerra: a instrumentalização dos direitos humanos na lógica da Guerra Fria e uma detalhada análise, da pouco mencionada, I Conferência Mundial de Direitos Humanos, a Conferência de Teerã, em 1968. Muitos dos embates ali travados, principalmente as questões sobre a indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos, voltariam com força total em 1993.

Um dos pontos fortes do livro, destacado por José Augusto Lindgren Alves em seu ótimo prefácio, é a análise detalhada do processo preparatório da Conferência de Viena. As várias conferências regionais que a anteciparam ajudaram as delegações governamentais e também as ONGs a preparem-se para os mais amplos e questionadores debates jamais vistos sobre a natureza e alcance dos princípios dos direitos humanos. O controverso debate na plenária da Conferência sobre a universalidade dos direitos humanos versus os chamados Valores Asiáticos é tratado de forma elaborada mostrando consistências e inconsistências em ambos os lados do debate.

A Conferência de Viena também é notória pela participação destacada das ONGs de direitos humanos. Hernandez destaca como a Conferência de Viena ao autorizar a participação das ONGs, ainda que como observadoras, proporcionou maior diálogo entre os governos e a sociedade civil e ajudou a legitimar a atuação doméstica e internacional destes grupos, que, desde então, multiplicaram-se e são presença atuante na área.

A relação entre direitos humanos e soberania é um dos pontos estruturantes da análise empreendida por Hernandez da teoria e da prática dos direitos humanos. O autor prefere tratar da complexa relação entre direitos humanos e soberania, simultaneamente tensa e complementar, em termos de “flexibilização” e não de diminuição ou relativização. Para ele, “flexibilização abre a possibilidade e ilumina a discussão acerca da ascensão histórica

1 HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. A Conferência de Viena e a Internacionalização dos Direitos Humanos. Curitiba: Juruá, 2014. 288p. (ISBN: 987-85-362-4737-3).

* Doutorando em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense – UFF (emersonmaione@id.uff.br).

não somente de novos atores no cenário internacional (como as ONGs), como também discussões sobre o surgimento ou pelo menos o debate acerca do surgimento de outras arenas de jurisdição (não estatais)” (p. 39; ênfase no original). Ele cita, especificamente, o sistema interamericano de direitos humanos e o seu sistema de petições individuais (p. 261). Por isso, “o processo de flexibilização da soberania pelos direitos humanos atinge majoritariamente o aspecto jurídico essencial a essa noção” (ibid.). Ele qualifica a discussão do ponto de vista histórico argumentando ainda que relativização da soberania “dá uma ideia de avanço tanto quanto linear dos direitos humanos perante a soberania, enquanto *flexibilização* indica um processo caracterizado por mudanças e permanências, ponto de vista adotado aqui” (p. 56; ênfase acrescida). Por isso, ele traça este processo desde o pós-Segunda Guerra, que teria se aprofundado, e não surgido, no pós-Guerra Fria.

Esta importante análise, inescapável na temática dos direitos humanos, sobre mudanças e permanências na tensa, complexa e complementar relação entre direitos humanos e soberania é refinada pela discussão trazida por Hernandez de duas abordagens chamadas por ele de “normativa” e “analítica”. A primeira, de viés cosmopolita, vê a inovadora participação das ONGs na Conferência de Viena como a indicação de uma tendência (termo que demonstra seu caráter prescritivo) do surgimento de uma sociedade civil global que teria grande peso na formação da governança global. A segunda, sem deixar de reconhecer a importante contribuição das ONGs e o fortalecimento do regime internacional dos direitos humanos, não destaca tais transformações como suficientes para suprimir ou substituir as estruturas da sociedade internacional de Estados.

Muito mais do que diferenças teóricas, tais discordâncias refletem as visões políticas correntes das análises sobre o significado e importância da Conferência de Viena para a teoria e a prática dos direitos humanos no mundo atual. Por exemplo, a aprovação do documento final da Conferência, a Declaração e Programa de Ação de Viena, com sua afirmação da universalidade destes direitos, é exaltada ou execrada dependendo do tipo de visão política de cada lado. Bem como a questão do consenso que foi (duramente) construído para sua aprovação é melhor descrita não de forma binária como tendo sido uma imposição ou não, mas em termos de gradações de consensos realmente existentes, como na formulação de Andrew Hurrell, citado por Hernandez.

O livro de Matheus Hernandez traz uma importante e original contribuição para uma visão crítica da prática dos direitos humanos, de modo a nos melhor posicionar para tirarmos nossas próprias conclusões. A discussão histórico-política trazida pelo livro e a análise concreta de toda a negociação da Conferência, em seus âmbitos governamental e não governamental, faz com que ele interesse a todos aqueles que trabalham e estudam na ampla área dos direitos humanos e querem se aprofundar na temática. E buscam, acima de tudo, entender como este evento foi fundamental para formar a sua própria área de atuação.

Recebido em: 30/10/2014

Aprovado em: 05/12/2014

Resenha

Child Migration and Human Rights in a Global Age¹

Patrícia Nabuco Martuscelli*

O tema das migrações internacionais tende a ser mais estudado nas Ciências Sociais do que nas Relações Internacionais (RI). Ainda assim, esse é um assunto que transcende fronteiras nacionais e que também poderia ser explicado pelas teorias das RI. Dentre as muitas óticas pelas quais as migrações podem ser vistas, destaca-se o número de crianças desacompanhadas atravessando a fronteira rumo aos Estados Unidos da América (EUA). Ainda que isso não seja uma novidade, o volume desse fluxo vem aumentando nos últimos anos, sendo inclusive noticiado pela mídia internacional. Nessa linha, Jacqueline Bhabha analisa o tema da migração infantil.

A autora adota uma ótica da criança como sujeito de direitos, presentes na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) para estudar como os Estados lidam com a migração das crianças desacompanhadas (incluindo o seu direito à reunificação familiar), a situação das crianças cidadãos cujos pais são imigrantes irregulares, a adoção internacional, as crianças traficadas, as crianças soldado, as crianças refugiadas e os adolescentes migrantes por causas econômicas. As crianças começam a aparecer nos estudos migratórios relacionadas em trabalhos sobre migrações femininas e familiares. Contudo, a abordagem das crianças como atores com voz própria nem sempre é observada, pois essas normalmente são tratadas como objeto. Ao mesmo tempo, nas RI, os temas que envolvem esse grupo são considerados *low politics* e recebem pouca atenção internacional e da Academia. Apesar disso, Watson (2006) defende que as crianças são atores da disciplina que impactam as relações interestatais.

Além disso, como conclui Bhabha, a relação entre os Estados e o modo como eles entendem as migrações contribuem para que os direitos e a proteção dessas crianças sejam garantidos ou não. A tendência é prevalecer a vontade dos Estados de coibirem fluxos indesejados frente aos direitos das crianças, sendo esses aplicados em uma lógica adulto-cêntrica. Nessa visão, a ideia de “punir” uma migração irregular sobrepõe a de garantir o “melhor interesse da criança”. Também dificilmente a voz e o direito à participação são observados.

Para explicar essa questão, a autora considera o conceito de ambivalência. Nas RI, uma lógica utilizada para explicar a exclusão de alguns grupos e temas seria a ideia de agência invisível de Enloe (1990). Para essa teórica feminista, as mulheres – como atores e os temas feministas - não entrariam na Agenda da disciplina porque sua agência não seria reconhecida como tal no âmbito internacional, ou seja, não é que essa ação não exista, mas ela não é devidamente considerada. Bhabha acredita que o problema da migração infantil não seria sua invisibilidade, mas sim o modo ambivalente como os Estados lidam com isso. Esse tema estaria visível, porém os atores responderiam a ele utilizando duas abordagens contrastantes: a do seu dever internacional de proteger as crianças e seus direitos (considerando a vulnerabilidade infantil e o papel de vítima) e a do direito

1 BHABHA, Jacqueline. *Child Migration and Human Rights in a Global Age*. Princeton: Princeton University Press, 2014. 336p. (ISBN 978-0-691-14360-6).

* Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (patnabuco@gmail.com).

estatal soberano de realizar um controle migratório e desestimular migrações irregulares (ainda que essas sejam de “pobres” crianças).

Assim, a proposta da autora seria ir além dessas duas concepções para compreender as crianças como sujeitos de todos os seus direitos. No campo das RI, temas que envolvem as crianças ainda são periféricos. Muitas vezes os direitos das crianças se encontram embaralhados no discurso dos direitos humanos usado inclusive para justificar e legitimar intervenções em outros países. Uma questão decorrente da leitura do livro é: como motivar os Estados a perceberem as crianças como sujeitos de direitos, se a quase universal ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (apenas Somália e os EUA não ratificaram) não conseguiu esse fato? Estudar a migração infantil na ótica das RI poderia contribuir para responder a essa pergunta.

Também é questionável a ideia de Era Global presente no título da obra. Bhabha justifica que a globalização, com a evolução dos meios de transporte e comunicação, teria facilitado e modificado os fluxos migratórios. Sendo assim, infere-se que a era Global seria a da globalização. Por outro lado, essa relação nem sempre é clara, especialmente porque, no momento atual, nem todos os Estados participam da ordem existente. Nem mesmo os estudos migratórios teriam essa visão global, visto que alguns fluxos migratórios recebem mais atenção do que outros. Ainda que a migração seja um fenômeno global, seu estudo não compreende todo o globo, de modo que muitos tipos, origens e destinos migratórios ainda permanecem desconhecidos e silenciados. Isso não invalida o esforço de Bhabha, pelo contrário, a autora contribui para que a migração infantil seja inserida na agenda de pesquisa dos estudos migratórios, de direitos humanos e das RI.

Referências

- Watson, Alison M. S. 2006. Children and International Relations: a new site of knowledge? *Review of International Studies* 32: 237- 250.
- Enloe, Cynthia. 1990. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. Berkeley: University of California Press.

Recebido em: 15/12/2014
Aprovado em: 18/12/2014